





INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL

BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY



COMO AS
EMPRESAS
PODEM APOIAR
E PARTICIPAR DO



**COMBATE
À FOME**

COMO AS
EMPRESAS
PODEM APOIAR
E PARTICIPAR DO
COMBATE
À FOME

INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL

BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

Walter Belik

Como as Empresas Podem Apoiar e Participar do Combate à Fome

é uma publicação do Instituto Ethos, distribuída gratuitamente aos seus associados.

Realização

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Rua Francisco Leitão, 469 - 14º andar - Conj. 1407

05414-020 — São Paulo, SP

Tel.: (11) 3897-2400

Fax: (11) 3897-2424

Site: www.ethos.org.br

Patrocínio

Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

Apoio

Instituto Cidadania, Interamerican Foundation (IAF), Fundação Djalma Guimarães

Autoria

Walter Belik

Colaboradores do Instituto Ethos

Benjamin S. Gonçalves, Carmen Weingrill (coordenadora), Gustavo Baraldi, Paulo Itacarambi

Edição

Sérgio Alli, Thais Sauaya Pereira

Baleia Comunicação

Projeto gráfico e edição de arte

Planeta Terra Criação e Produção

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Belik, Walter

Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome /

Walter Belik [coordenadora Carmen Weingrill] — São Paulo : Instituto Ethos, 2003

ISBN 85-88046-06-7

1. Empresas – Aspectos sociais 2. Fome – Brasil 3. Programa Fome Zero (Brasil)
4. Responsabilidade social das empresas I. Weingrill, Carmen II. Título

03-0197

CDD-363.880981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Fome : Combate : Atuação das empresas : Bem-estar social 363.880981

Tiragem: 2.500 exemplares

São Paulo, fevereiro de 2003

Permitida a reprodução desta publicação, desde que previamente autorizada, por escrito, pelo Instituto Ethos.

Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos

1. O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.
2. Não fazemos consultoria e não autorizamos nem credenciamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.
3. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social nem fornecemos “selo” com essa função.
4. Não permitimos que nenhuma empresa (associada ou não) ou qualquer outra entidade utilize a logomarca do Instituto Ethos sem nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

Em caso de dúvida, ou para consultar sobre o uso da nossa logomarca e solicitar o *banner* do Instituto Ethos para colocação em seu site, por favor, entre em contato conosco pelo e-mail atendimento@ethos.org.br.

APRESENTAÇÃO	07
---------------------	----

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A ERRADICAÇÃO DA FOME	09
--	----

O TAMANHO DA FOME NO BRASIL	15
------------------------------------	----

Renda define linha de pobreza	18
-------------------------------	----

Estimativa da população a ser beneficiada	19
---	----

Distribuição regional da pobreza	20
----------------------------------	----

Perfil da população pobre brasileira	21
--------------------------------------	----

O PROGRAMA FOME ZERO DO GOVERNO FEDERAL	23
--	----

As propostas do Fome Zero	27
---------------------------	----

Integração das políticas de combate à fome	28
--	----

Crescimento econômico e redução da pobreza	29
--	----

COMO AS EMPRESAS PODEM ATUAR NO COMBATE À FOME	31
---	----

Políticas estruturais de combate à fome	33
--	----

Projeto Investir na Juventude	34
-------------------------------	----

Agências de microcrédito solidário	36
------------------------------------	----

Suplementação de renda e apoio financeiro	37
---	----

Políticas específicas de combate à fome	39
--	----

O modelo do Food Stamp Program	39
--------------------------------	----

O programa brasileiro de cartão-alimentação	41
---	----

Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador	42
---	----

Doação de cestas básicas nas emergências	43
--	----

Combate à desnutrição materno-infantil	44
--	----

Creches e acompanhamento da população infantil	45
--	----

Educação para o consumo de alimentos	46
--------------------------------------	----

Iniciativas que as empresas podem adotar	47
--	----

Apoio à ampliação da merenda escolar	48
--------------------------------------	----

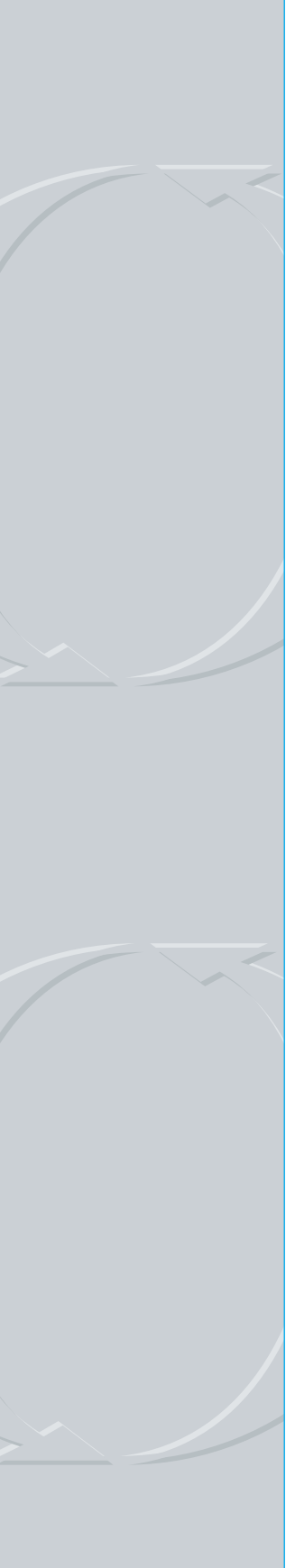
Políticas locais de combate à fome	49
Combate à fome nas áreas rurais	50
Combate à fome nas pequenas e médias cidades	51
Nova legislação para incentivar doações	52
Estatuto do Bom Samaritano	53
Parcerias de varejistas com o poder público	54
Agricultores urbanos e produtores de alimentos	55
Combate à fome nas regiões metropolitanas	56
Restaurantes populares	57
Bancos de alimentos	58
O Banco de Alimentos de São Paulo	58
Programa Mesa São Paulo	60
Centrais de compra e distribuição	61

EXEMPLOS BEM-SUCEDIDOS DE COMBATE À FOME	63
---	-----------

Casa Verde Móveis	65
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)	66
Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)	67
Mineração Rio do Norte (MRN)	68
Nestlé Brasil	69
Novadata Sistemas e Computadores	70
Tupy Fundições	71

Outras ações	72
Banco do Brasil	73
Bandeirante de Energia	73
Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife	73
Centro de Referência em Segurança Alimentar	74
Companhia Industrial Cataguases	74
Grupo Zema	74
IQF Schering-Plough	75
Johnson & Johnson Produtos Profissionais	75
Motos Mato Grosso	75
RLM Comércio de Alimentos	76
Shell Brasil	76
Skill	76
Ten Yad	77
TIM Maxitel	77
Yázigi	77

A FOME NO SÉCULO XXI	81
Da Cúpula + 5 ao Fome Zero	82
FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR	83
Alimentação suficiente, segura e nutritiva	84
Alimentação é direito fundamental	85
POLÍTICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL	86
Os primórdios	86
O período Vargas	87
A intervenção direta no abastecimento	88
As Ceasas não ampliaram a oferta de alimentos	88
A fome nos anos 90	90
Diminuição dos recursos e dos debates	91
PARA SABER MAIS SOBRE O COMBATE À FOME	93
Bibliografia	94
<i>Sítes</i> sobre segurança alimentar	96



APRESENTAÇÃO

O Brasil vive, neste início de 2003, um momento histórico especial e decisivo. Trata-se de uma situação conjuntural rara, caracterizada pela convergência de uma série de processos políticos, econômicos e sociais.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República é, sem dúvida, o mais visível e simbólico desses fatores. À frente da grande maré de esperança que o levou ao Planalto, o novo presidente já afirmou como prioridade absoluta de seu governo a erradicação da fome no país. Alcançar esse objetivo será arrancar uma chaga que tem marcado a história da sociedade brasileira desde sua constituição.

Em seu discurso de posse perante o Congresso Nacional, no dia 1º de janeiro de 2003, o presidente Lula afirmou: “Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrir de vergonha”. E fez uma conclamação: “Vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do país”.

A particularidade e potencialidade do atual período também é expressa pela grandeza do número de participantes e países representados na terceira edição do Fórum Social Mundial, a mais exuberante reunião de organizações das sociedades civis do planeta, não por acaso sediada no Brasil.

Para o movimento de responsabilidade social empresarial também é hora de realizar um salto de qualidade. Os empresários estão sendo chamados a participar de uma ampla mobilização — no contexto de um efetivo pacto social — para vencer a estagnação econômica e retomar o desenvolvimento numa nova trilha, permitindo ao Brasil superar a tragédia da miséria, do desemprego crônico e da desigualdade. É chegado o momento de as empresas colocarem sua criatividade e sua capacidade gerencial a serviço de um desenvolvimento econômico que também signifique desenvolvimento social e preservação ambiental.

Nesse sentido, o governo federal está abrindo um amplo espaço para a participação da sociedade, em particular das empresas, que poderão articular suas práticas de responsabilidade social com diversas ações de caráter público, especialmente as do Programa Fome Zero.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social lança o manual **Como as Empresas Podem Apoiar e Participar do Combate à Fome** como uma ferramenta para empresários e executivos que pretendem integrar suas organizações a essa grande mobilização, colaborando para a erradicação da fome no Brasil.

Esta publicação foi elaborada pelo professor Walter Belik e teve como base o Projeto Fome Zero, produzido pelo Instituto Cidadania, com o apoio da Fundação Djalma Guimarães.

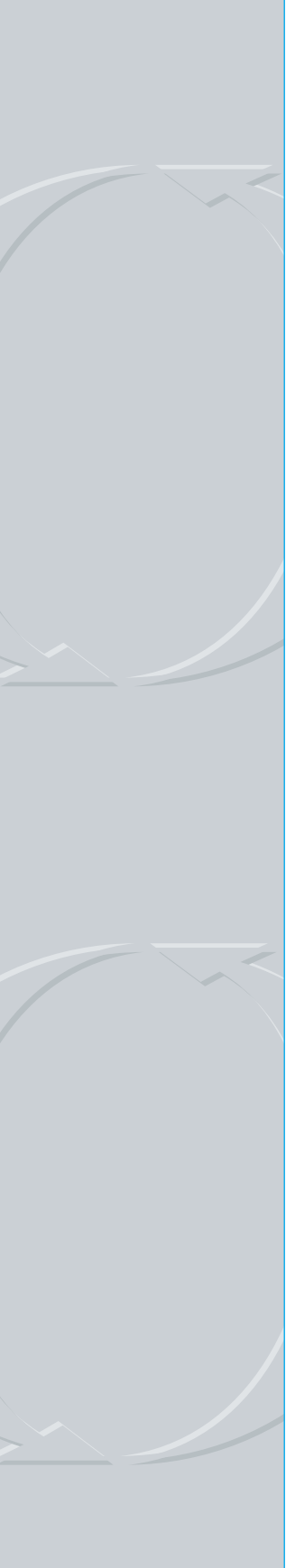
As ações das empresas apresentadas nesta publicação estão longe de esgotar as experiências em curso ou o potencial de engajamento dos empresários no combate à fome. Contamos com seu apoio para ampliar esse panorama. Envie a descrição das atividades que sua empresa realiza para reduzir a fome, conceder o primeiro emprego e bolsas de estudo, qualificar permanentemente seus colaboradores, oferecer microcrédito, apoiar famílias pobres ou outras iniciativas para o *site* **www.fomezero.org.br**.

Fevereiro de 2003

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social



**RESPONSABILIDADE
SOCIAL EMPRESARIAL
E A ERRADICAÇÃO
DA FOME**



A empresa socialmente responsável deve buscar o aprimoramento constante de suas relações com todos que participam de suas atividades ou são impactados por elas. Assim, o relacionamento da empresa com a sociedade, ainda que difuso, tem caráter fundamental. Afinal, a sustentabilidade econômica e social pode ser construída por meio de relações éticas das empresas com os diversos agentes econômicos e todos os atores sociais.

Do mesmo modo que é fundamental para as empresas acompanhar os índices e previsões econômicas, é importante não fechar os olhos para a situação que o Brasil está vivendo. Pela primeira vez em nossa história, a condução institucional do país é baseada num projeto nascido fora dos domínios das elites econômicas. O efeito mobilizador dessa novidade pode ser percebido na própria participação popular — inédita — na posse do presidente Lula, e na repercussão que teve em todo o país.

Os objetivos do novo governo foram bem traduzidos pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em seu discurso de posse, quando assumiu “a responsabilidade de um compromisso com um país mais justo e com melhores oportunidades de crescimento, emprego e, sobretudo, de melhores perspectivas para as novas gerações depois de décadas de estagnação da renda per capita e da nossa secular má distribuição de renda”. Para tanto, ele reforçou sua aposta na criatividade e no caráter empreendedor de nossa sociedade.

Da mesma forma, o empresário Luiz Fernando Furlan, cuja competência na iniciativa privada é internacionalmente reconhecida, tomou posse no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior destacando “o papel do crescimento econômico como viabilizador da inclusão social”. Por isso, afirmou que “necessitamos criar milhões de novos empregos para ocupar a mão-de-obra que a cada ano ingressa no mercado de trabalho e para resgatar o respeito, a auto-estima e a cidadania daqueles que foram vitimados, ao longo dos últimos anos, pelo desemprego”.

O ministro destacou ainda: “As prioridades dos programas Fome Zero e Primeiro Emprego nos emocionam e nos motivam”.

As empresas podem compartilhar esses compromissos com o novo governo. O crescimento econômico com justiça social é interesse absoluto delas, pois está diretamente relacionado ao seu desempenho e ao sucesso de seus negócios. A distribuição de renda pode tornar o Brasil um dos maiores mercados do planeta, dinamizando e potencializando nossa economia.

O Programa Fome Zero é o carro-chefe de um conjunto de iniciativas e representa um chamamento para uma ação coletiva no combate à forma mais dramática e perversa de desigualdade social: a exclusão dos direitos fundamentais, inclusive os de se alimentar e trabalhar. As iniciativas voltadas para a inclusão social são componentes fundamentais nesse esforço. Às empresas, cabe uma profunda reflexão sobre as múltiplas formas que estão ao seu alcance para atingir esse objetivo. É o caso de programas que assegurem qualificação e ingresso no mercado de trabalho para os jovens, as maiores vítimas do desemprego.

As empresas devem avaliar a totalidade de suas relações com funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, concorrentes e demais parceiros, inclusive com as comunidades nas quais atuam ou que são impactadas por suas atividades. Esse exame deve considerar as amplas possibilidades que as empresas têm de introduzir mudanças que tenham como consequência a inclusão social daqueles que hoje não têm assegurados seus direitos sociais básicos. O trabalho escravo, o trabalho infantil e a prostituição infantil precisam, com máxima urgência, ser extirpados de nosso cenário social.

Cabe às empresas ir além do cumprimento das leis e promover um rigoroso exercício de autocritica que lhes permita identificar em que medida estão contribuindo para gerar a exclusão social nos produtos que fabricam, nos serviços que prestam, no modo como investem — ou deixam de investir — seu capital, na forma

como incorporam novas tecnologias e nas relações que estabelecem. O passo seguinte é alterar ou mesmo revolucionar suas práticas. Mudança é a palavra-chave, já disse o presidente Lula.

Deve-se assumir essa postura não por simpatia ou adesão ao novo governo, mas porque se trata de uma imperiosa necessidade ética de compromisso das empresas com a dignidade das pessoas. O ministro Furlan afirmou: “Tenho vergonha de ver o Brasil em 73º. lugar no índice mundial de desenvolvimento humano”. Alterar essa situação radicalmente deve ser uma preocupação cotidiana de todos os empresários de nosso país.



O TAMANHO DA FOME NO BRASIL



Renda define linha de pobreza

Estimativa da população a ser beneficiada

Distribuição regional da pobreza

Perfil da população pobre brasileira

C alcular a quantidade de pessoas sujeitas à fome no Brasil é um problema bastante complicado. Não há consenso sobre o tamanho da população atingida. Tudo depende das medidas e critérios utilizados para definir quem compõe esse contingente.

O último levantamento abrangente e de qualidade sobre o acesso da população a alimentos e outros bens de consumo foi o Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), de 1974/75. A partir de seus dados, foi possível avaliar que 42% das famílias brasileiras (8 milhões de famílias), ou cerca de 50% da população da época, equivalente a 46,5 milhões de pessoas, consumiam menos calorias que o necessário.

Diversas pesquisas foram realizadas com base em indicadores de renda — uma forma indireta de se inferir a população carente. O pressuposto, nesses casos, é que a insuficiência de renda constitui o principal fator que leva as pessoas a não ingerir alimentos na quantidade adequada. Assim, define-se uma linha de pobreza abaixo da qual a renda seria inadequada para suprir as necessidades básicas — entre as quais a alimentação —, e calcula-se o número de pessoas abaixo dela.

Evidentemente, mesmo com renda inferior às suas necessidades de consumo, as pessoas conseguem se alimentar. Observa-se, nas grandes cidades, uma imensa quantidade de indigentes que, embora não tenham condições financeiras para comprar comida, conseguem se alimentar graças à caridade dos demais. Ignorar essa situação poderia resultar numa superestimação dos dados da fome. Todavia, verifica-se que esses indivíduos vivem uma situação de risco, pois não se alimentam regularmente e, mais importante, não se alimentam de forma digna.

Diante das dificuldades para mensurar a indigência ou a pobreza no Brasil, o Programa Fome Zero, síntese da política de combate à fome do Governo Lula, procurou estimar a quantidade de pessoas que passam fome no país tomando por base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 1999, atualizados posteriormente pela edição de 2001.

Renda define linha de pobreza

Buscando aperfeiçoar as metodologias existentes, partiu-se da linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial, que considera pobres as pessoas que ganham menos de US\$ 1,08 por dia. Foram desenvolvidas, então, correções metodológicas que levaram em conta a variação do dólar e o desconto das despesas com aluguel ou prestação da casa própria, item de maior peso no orçamento familiar, proporcionalmente maior nas áreas metropolitanas do que nas pequenas e médias cidades e áreas rurais.

Com essas correções, chegou-se a um número surpreendente, semelhante ao detectado em 1974/75: a linha de pobreza média ponderada no Brasil, que é de R\$ 71,53 mensais por pessoa, indica a existência de 46 milhões de pessoas com uma renda mensal disponível média de R\$ 39,11, ou 9,9 milhões de famílias com renda mensal de R\$ 183,81, levando-se em conta a média de 4,7 pessoas por família. Ou seja, foram consideradas pobres as famílias que, em setembro de 1999, data de referência da PNAD, tinham uma rendimento disponível correspondente ao valor atual do salário mínimo para viver o mês inteiro. Não temos dúvida em afirmar que os membros dessas famílias não têm renda suficiente para garantir sua segurança alimentar.

Estimativa da população a ser beneficiada

Visando um detalhamento do público potencialmente beneficiário de programas de combate à fome, vamos tomar emprestados os dados da estimativa dos brasileiros em situação de risco. Na tabela abaixo, observa-se a distribuição desses pobres de acordo com a área em que vivem.

Estimativa de Beneficiários de Programas de Combate à Fome

Regiões	N° pessoas pobres (em milhões)*	N° famílias pobres (em milhões)*	Pessoas pobres (em %)	Famílias pobres (em %)	Renda média mensal <i>per capita</i> disponível (em R\$)
BRASIL	46,126	9,998	27,3	21,4	43,09
Áreas metropolitanas	10,418	2,429	19,5	15,8	44,61
Áreas urbanas não metropolitanas	23,574	5,148	26,3	20,8	44,45
Áreas rurais	12,134	2,421	47,3	37,3	39,11

Fonte: PNAD 2001 / IBGE

* Exclusive pensionistas, empregadas domésticas e seus parentes.

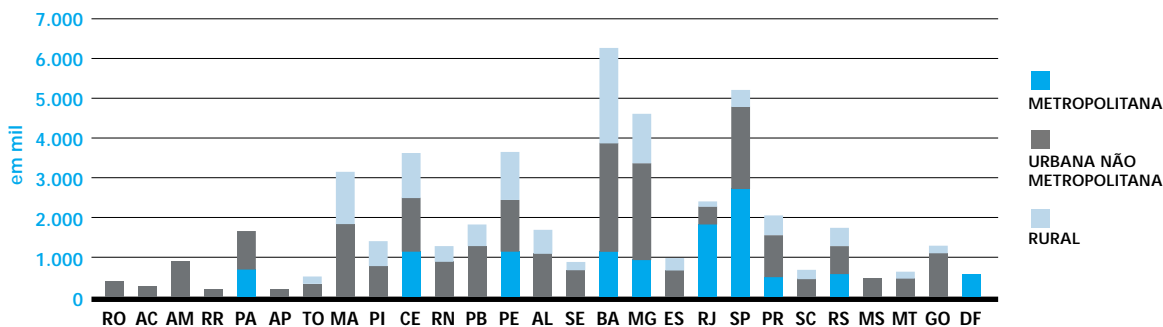
Obs.: Foram consideradas pobres as famílias com renda *per capita* menor que R\$ 71,53 por mês.

Como se observa na tabela acima, estima-se que 27,3% da população brasileira não tenham renda suficiente para garantir uma alimentação satisfatória. Essas pessoas se concentram nas áreas urbanas não metropolitanas, ou seja, nas pequenas e médias cidades. No entanto, é nas áreas rurais que temos a maior proporção de pobres: calcula-se que 47,3% dos habitantes não consigam obter uma renda mínima de US\$ 1,08 por dia.

Distribuição regional da pobreza

Embora as regiões metropolitanas concentrem apenas um quinto dos pobres brasileiros e apresentem uma proporção de pobres menor que outras áreas do país, é justamente nas grandes cidades que a pobreza vem aumentando mais rapidamente. Dados do IBGE para o período de 1995 a 2001 demonstram que houve um crescimento anual de 6,7% na quantidade de pobres nas regiões metropolitanas. Essa proporção contrasta com o crescimento anual de 4,4% nas áreas urbanas não metropolitanas e com a queda de 1,9% ao ano no número de pobres residentes nas áreas rurais.

Pobres, segundo Estados e Áreas de Residência — Brasil 2001 (exclusive Norte Rural)



Fonte: Programa Fome Zero

No gráfico acima, verifica-se a distribuição dos pobres pelos estados da federação. A Bahia aparece em primeiro lugar em termos absolutos, com quase 6 milhões de pessoas em situação de risco. O estado com maior proporção de pobres na área rural é também a Bahia (38,71%), enquanto no Maranhão eles se concentram nas áreas urbanas (49,8%). São Paulo e Minas Gerais, os estados mais populosos, aparecem em seguida na classificação. Em Minas, a maior concentração de pobres se dá nas cidades pequenas e médias; em São Paulo, nas áreas metropolitanas.

Perfil da população pobre brasileira


O Programa Fome Zero permitiu traçar um perfil das pessoas pobres. Usamos dados de 1999, pois, até o momento em que este manual estava sendo escrito, o detalhamento para 2001 ainda não havia sido feito. Do total de domicílios pesquisados que possuíam renda abaixo da linha da pobreza, 43% não tinham água encanada, 71,35% não tinham esgoto, o lixo não era coletado em 38,4% deles e em 12,7% não havia energia elétrica.

Quanto às características das famílias, pode-se dizer que 55,5% tinham cor de referência parda e 34,4% eram chefiadas por uma pessoa que nunca frequentou escola ou tinha apenas a 1ª. série do 1º. grau incompleta. Em 37,5 % dos casos, habitava o domicílio um casal com filhos menores de 14 anos.

Com relação às pessoas pesquisadas especificamente, observam-se dados curiosos: 69,7% das pessoas pobres nasceram no próprio município em que atualmente residem e apenas 10,8% nasceram em outro estado. Entre os maiores de 10 anos de idade, havia um contingente de 13% de não ocupados. Dos 87% ocupados, 49,1% declararam realizar trabalho agrícola e 50,9%, trabalho não agrícola. Entre os que trabalham no campo, o maior contingente de pobres (34,5%) trabalha sem remuneração e sem produzir para seu próprio consumo. Entre os trabalhadores não agrícolas, o maior contingente é o de empregados (48,5%), embora 62,1% destes não tenham registro em carteira e não recebam auxílio-alimentação.



**O PROGRAMA
FOME ZERO
DO GOVERNO
FEDERAL**



As propostas do Fome Zero

Integrar as políticas de combate à fome

Crescimento econômico e redução da pobreza

Incluído entre as propostas da campanha presidencial de 2002, o Programa Fome Zero foi anunciado como prioridade de governo no primeiro discurso do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã seguinte à eleição. Em novembro de 2002, o Fome Zero foi submetido ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e à FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), em reunião realizada em Washington, nos Estados Unidos. Nessa ocasião, o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, declarou que esse projeto seria uma referência para as atividades daquele organismo em outros países.

O Fome Zero foi uma iniciativa do Instituto Cidadania, entidade independente e apartidária fundada por Lula há dez anos. Foi financiado com recursos da Fundação Djalma Guimarães, entidade vinculada à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), do Grupo Moreira Salles. O projeto teve início em meados do ano 2000 e reuniu uma equipe com mais de 50 pesquisadores e colaboradores, entre os maiores especialistas do Brasil em políticas sociais, alimentação, nutrição e saúde.

No Fome Zero, são apresentados três conjuntos de políticas articuladas entre si, tendo como foco a segurança alimentar, entendida como a garantia a todos os brasileiros de acesso a uma alimentação adequada à sobrevivência e à saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. São elas:

- **políticas estruturais** — voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza;
- **políticas específicas** — voltadas para atender diretamente as famílias no que se refere ao acesso ao alimento; e
- **políticas locais** — que podem ser implantadas por prefeituras e pela sociedade.

No total, são 25 políticas integradas por mais de 40 programas destinados a melhorar a **qualidade**, a **quantidade** e a **regularidade** de alimentos necessária para as famílias que serão beneficiadas. Os três níveis de propostas encontram-se no diagrama abaixo, com um detalhamento sobre os programas sugeridos.

As propostas do Fome Zero

POLÍTICAS ESTRUTURAIS

- Geração de Emprego e Renda
- Previdência Social Universal
- Incentivo à Agricultura Familiar
- Intensificação da Reforma Agrária
- Bolsa-Escola e Renda Mínima
- Segurança e Qualidade dos Alimentos

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

- Programa Cartão-Alimentação
- Doação de Cestas Básicas Emergenciais
- Manutenção de Estoques de Segurança
- Educação para o Consumo e Educação Alimentar
- Ampliação do PAT
- Combate à Desnutrição Materno-Infantil
- Ampliação da Merenda Escolar
- Segurança e Qualidade dos Alimentos

POLÍTICAS LOCAIS

Áreas Rurais

- Apoio à agricultura familiar
- Apoio à produção para consumo próprio

Pequenas e Médias Cidades

- Bancos de alimentos
- Parcerias com varejistas
- Modernização dos equipamentos de abastecimento
- Novo relacionamento com a rede de supermercados
- Agricultura urbana

Metrópoles

- Restaurantes populares
- Bancos de alimentos
- Parcerias com varejistas
- Modernização dos equipamentos de abastecimento
- Novo relacionamento com as redes de supermercados

Integração das políticas de combate à fome

O Programa Fome Zero partiu do diagnóstico de que não existe uma política integrada de combate à fome no Brasil. Nos últimos anos, os três níveis de governo e a sociedade colocaram em marcha iniciativas isoladas, com um nível de organicidade muito reduzido. As políticas públicas se pautaram por uma alta dispersão de esforços e de recursos. Em determinados casos, havia duplicação de benefícios e, em outros, total ausência de apoio às famílias em situação de risco.

Do lado da sociedade civil, não tem sido muito diferente: a população brasileira se mobiliza em determinados momentos, como nas épocas de seca no Nordeste, mas não há ações institucionalizadas ocorrendo de forma constante.

Levando-se em conta o fato de que existem realidades distintas nas áreas rurais, nas áreas metropolitanas e nas pequenas e médias cidades, o Fome Zero propõe uma integração das políticas de melhoria de renda e de combate à fome. Evidentemente, essas ações devem vir acompanhadas por mudanças mais gerais na política econômica que visem o crescimento, a geração de empregos e a distribuição de renda.

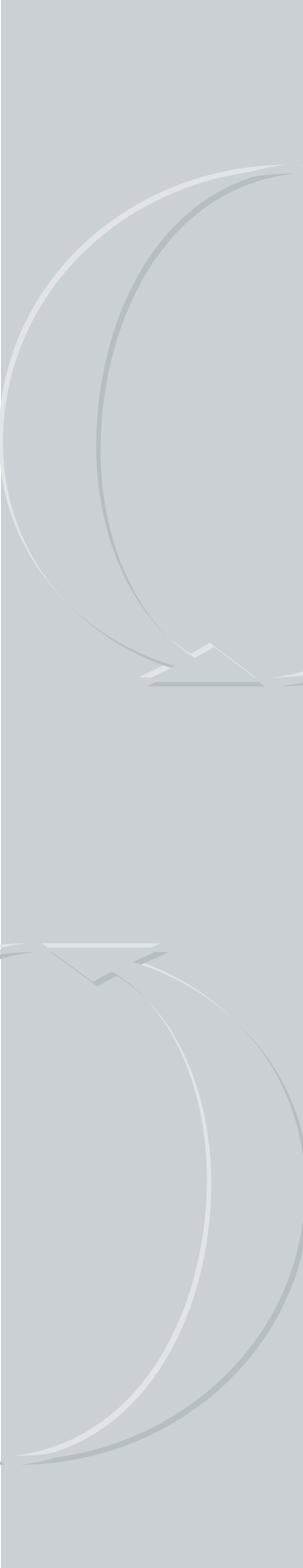
Crescimento econômico e redução da pobreza

No início dos anos 90, a sociedade brasileira, cansada da inflação, viu-se compelida a acreditar que, se houvesse estabilização de preços e crescimento da economia, haveria uma grande chance de redução nos níveis de pobreza.

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstram que a redução dos níveis de inflação e o crescimento da economia nos primeiros anos do Plano Real deram uma trégua ao ritmo do aumento do número de pobres e indigentes no Brasil. Entre 1994 e 1996, o número absoluto de pobres e indigentes foi reduzido. A partir de 1997, porém, esse índice voltou a se estabilizar. As razões dessa piora nas condições de vida podem ser atribuídas ao aumento do desemprego e à desaceleração do crescimento econômico.

As lições dos anos 90 mostraram que as políticas de redução da pobreza e de combate à fome devem vir acompanhadas de movimentos que mantenham o crescimento e a distribuição de renda no médio e longo prazos.

Por esses motivos, o Programa Fome Zero parte de propostas mais gerais, estruturantes, para reduzir o foco até as ações de caráter local, passando pelas políticas específicas que agem sobre a quantidade e a forma de consumo de alimentos. Em todos esses níveis, há a possibilidade de atuação das empresas e de organizações privadas em geral.



**COMO AS
EMPRESAS
PODEM ATUAR
NO COMBATE
À FOME**



Políticas estruturais de combate à fome

Políticas específicas de combate à fome

Políticas locais de combate à fome

Serão apresentadas a seguir algumas propostas de participação das empresas no Programa Fome Zero, organizadas segundo os grupos de políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais.

POLÍTICAS ESTRUTURAIS DE COMBATE à FOME

O Programa Fome Zero chama de políticas estruturais as ações que visam permitir aumento da renda e diminuição das desigualdades sociais. Essas políticas, que incluem, por exemplo, os programas de geração de emprego e renda, constituem uma faixa de intervenção prioritária do governo. Entretanto, as empresas também podem atuar nesse âmbito, promovendo a inclusão social.

A distribuição de renda por si só não garante o bem-estar da população pobre, se não houver alguma forma de sustentação a longo prazo. Para garantir a inclusão é necessário que as pessoas pobres passem a contar com uma base sobre a qual possam se sustentar. Tal base pode ser o controle de algum “ativo” que alavanque futuras rendas ou, ao menos, a posse de bens que reduzam o grau de comprometimento de sua renda com aluguel, prestações ou juros pagos a agiotas.

A ação do Estado na sustentação de renda é fundamental, promovendo programas de renda mínima, o seguro-desemprego e a ampliação do sistema de previdência e aposentadorias, entre outras medidas. No caso das políticas públicas de sustentação da melhoria de renda, podemos destacar a reforma agrária e os financiamentos de ativos a juros reduzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela rede de bancos oficiais. Todavia, embora a responsabilidade sobre essas políticas estruturais recaia principalmente sobre o Estado, a iniciativa privada pode contribuir muito. Exemplo claro desse tipo de contribuição é o investimento na formação e incorporação ao mercado de trabalho de jovens que hoje estão excluídos socialmente e sem acesso a esses direitos.

Projeto Investir na Juventude

O censo de 2000 mostra que quase 35 milhões de brasileiros têm entre 12 e 24 anos. A falta de atividade produtiva tem atingido duramente toda a juventude e produz um forte impacto nas famílias, em especial nas de baixa renda. À medida que o jovem se aproxima da idade produtiva, tem tido frustrada sua expectativa de obter um emprego que possibilite seu sustento e seu crescimento profissional.

A opção por atividades esporádicas, informais ou com poucas perspectivas de crescimento profissional tem sido acompanhada pelo abandono dos estudos, que afeta negativamente sua empregabilidade. A cooptação da juventude pela criminalidade está associada à falta de alternativas que assegurem o consumo e à ausência de perspectivas de progresso pessoal. Entre maio de 2000 e maio de 2001, um adolescente por dia que acabara de sair da Febem virou presidiário no estado de São Paulo.

A entrada cada vez mais precoce dos jovens na criminalidade foi diagnosticada por uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Rio de Janeiro. O levantamento constatou que, no início da década de 90, os adolescentes entravam no mundo do crime com 15, 16 anos, e, em 2002, com 12, 13 anos. Em 2002, o IBGE e a prefeitura do Rio de Janeiro realizaram pesquisa com jovens de 15 a 24 anos em favelas cariocas e constataram que 24% deles eram “inativos”: não trabalhavam nem estudavam.

Para interromper o círculo vicioso da atração dos jovens pela criminalidade, o projeto **O Futuro do Brasil: Investir na Juventude** propõe que as empresas ofereçam a jovens entre 16 e 21 anos contratos de estudo-profissionalização-trabalho-salário. Os jovens podem ser contratados para trabalhar nas próprias empresas investidoras ou em projetos sociais da comunidade, eventualmente vinculados ao Fome Zero.

De acordo com o projeto, tanto a empresa quanto o jovem contratado assinam um termo de compromisso. A empresa compromete-se a mantê-lo no emprego e a apoiar sua escolarização e formação profissional. O jovem compromete-se a frequentar determinado curso até que sua formação universitária ou profissional esteja concluída.

Empresas de qualquer tamanho ou ramo de atividade podem participar do projeto. Não existe exigência quanto ao número de contratados, que pode variar de acordo com a capacidade do investidor. O programa visa atender às principais demandas da juventude: ter um primeiro emprego, aprimorar-se profissionalmente, garantir sua permanência e progressão escolar, contribuir direta ou indiretamente com o orçamento familiar e, principalmente, formar novos cidadãos com condições dignas de vida.

Quanto à duração do contrato, a finalidade de auxiliar na efetiva inclusão social dos adolescentes exige iniciativas de média ou longa duração. Ações de curta duração (menos de um ano) não costumam garantir inserção estável no mercado de trabalho. Portanto, o ingresso do jovem de até 21 anos na empresa poderá implicar sua permanência até os 24 anos.

Muitos jovens poderão apresentar dificuldades para sua contratação formal por falta de documentos e de recursos financeiros para obtê-los. Isso não deve ser um obstáculo para admiti-los, mas sim a oportunidade para começar a investir neles. Vale lembrar que a proposta de primeiro emprego também pode ser uma alternativa para jovens que vivem situações de risco pessoal ou social.

Investir no presente para construir o futuro exige acompanhamento do jovem ao longo do processo de investimento. O acompanhamento periódico permite realizar avaliações e a correção imediata de dificuldades na execução da proposta.

Agências de microcrédito solidário

A principal ação que pode ser desencadeada pelas empresas diz respeito à criação e participação em agências de microcrédito solidário. É uma alternativa também para as muitas empresas que não têm como finalidade emprestar dinheiro e nem têm vocação para isso. As agências de microcrédito são entidades autônomas, formadas por membros da comunidade local — funcionários da empresa ou não — que emprestam quantidades mínimas de recursos para que pessoas pobres possam iniciar ou ampliar um negócio, reformar sua casa, comprar uma bicicleta ou outro bem. As experiências de microcrédito já foram suficientemente documentadas e os bancos oficiais que atualmente operam nessa linha comprovam que seus resultados são muito satisfatórios.

Os dados mostram que a taxa de inadimplência para esse tipo de operação é muito baixa, e que o retorno social desse gênero de investimento é compensador. Os empréstimos pelo sistema de microcrédito giram em torno de R\$1.000 e são concedidos preferencialmente às mulheres. O próprio BNDES está autorizado a conceder essa modalidade de empréstimo para atividades informais (que representam 77% dos microempreendedores da carteira do banco).

As experiências com o crédito solidário são particularmente importantes e bem-sucedidas quando se trata de agricultura familiar. No Sul já existe uma rede de agências de microcrédito que financia a produção e comercialização de produtores familiares. Esse crédito está atualmente “fazendo a diferença” em regiões onde o crédito oficial não chega em montante adequado e nas quais os agricultores têm poucas alternativas de produção e comercialização.

Suplementação de renda e apoio financeiro

Outra forma de atuação empresarial no campo estrutural abrange programas de suplementação de renda para famílias pobres na forma de auxílios diretos às crianças ou jovens em idade escolar. Existem diversos programas apoiados pela legislação fiscal que são voltados para a criança e o adolescente. Nesses casos, a empresa faz as contribuições diretamente aos fundos geridos pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essas ações liberam uma parte da renda das pessoas em situação de risco, permitindo que suas famílias tenham maior acesso a alimentos.

Outras ações no campo estrutural que possam garantir maior folga na renda das famílias em situação de risco podem ser bastante positivas, mesmo não sendo um investimento direto no campo alimentar. As empresas podem promover diversas ações de melhoria de renda entre seus funcionários ou nas comunidades em que estão presentes, como, por exemplo, dar apoio financeiro à autoconstrução, conceder bolsas de estudo para jovens filhos de funcionários ou membros da comunidade e patrocinar ou constituir cooperativas de consumo de alimentos ou de material de construção.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS DE COMBATE À FOME

As empresas podem ter uma atuação decisiva no reforço às políticas específicas de combate à fome, aquelas que agem diretamente sobre a quantidade, a qualidade e a regularidade dos alimentos consumidos pelos brasileiros. O programa que encabeça essa lista no Fome Zero é o cartão-alimentação. A implantação desse cartão tem um caráter complementar às políticas de apoio à renda da população em situação de risco, como a Bolsa-Escola, a Bolsa-Trabalho, o Seguro-Desemprego e outros. A proposta do cartão-alimentação foi inspirada no Food Stamp Program (FSP) implantado nos Estados Unidos.

O modelo do Food Stamp Program

Combater a fome sem assistencialismo e, ao mesmo tempo, movimentar a economia foram os desafios lançados pelo presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt em meio à recessão no início dos anos 30. Cada família americana pobre passou a ter direito, durante um determinado período, a cupons para comprar alimentos em estabelecimentos credenciados. Sob administração federal desde 1962, o Food Stamp Program é o maior programa de ajuda alimentar dos Estados Unidos e atendeu, em 2001, a 7,3 milhões de domicílios (17,2 milhões de pessoas por mês), a um custo de US\$ 17 bilhões.

A renda mensal bruta dos candidatos ao programa deve ser igual ou menor que 130% da linha de pobreza (atualmente US\$ 1.533 mensais para uma família de três pessoas, por exemplo). Além disso, as famílias não devem ter ativos (depósitos bancários, aplicações e outros bens) que totalizem mais de US\$ 2.000, ou US\$ 3.000 se houver pelo menos uma pessoa na família com mais de 60 anos de idade. Exige-se que os selecionados estejam empregados, procurando emprego ou participando de um programa de treinamento. Caso não cumpram nenhuma dessas exigências, os cadastrados poderão receber o benefício por um período máximo de três meses a cada três anos.

Se uma família não tiver renda alguma, poderá receber o equivalente a até US\$ 341 por mês (quantia para uma família de 3 pessoas em 2001). Em 2000, o benefício médio mensal foi de US\$ 73 por pessoa e quase US\$ 173 por família. Os cupons não podem ser trocados por dinheiro. Além disso, não podem ser utilizados para comprar álcool, cigarro e itens não alimentares. Existe uma fiscalização rigorosa nos estabelecimentos de varejo que trabalham com os cupons. Os desvios são punidos com descredenciamento, processo civil e até mesmo com o fechamento da loja.

O programa brasileiro de cartão-alimentação

A implementação de um programa de cartão-alimentação inspirado no FSP americano será um importante instrumento de combate à fome no Brasil. Ele será bem focalizado e permitirá a dinamização das economias locais. Os beneficiários do programa deverão proporcionar uma contrapartida à sociedade durante o período em que receberem o benefício. Isso implica freqüentar cursos de requalificação profissional ou de alfabetização, manter os filhos na escola, manter suas cadernetas de vacinação em dia, realizar trabalhos comunitários etc.

O programa brasileiro ainda não foi totalmente detalhado, mas já está definida a possibilidade de as empresas participarem financeiramente. Haverá um fundo de apoio a esse programa, e as empresas poderão financiar determinado número de cartões, controlando os gastos e acompanhando a situação e evolução econômica dos beneficiados.

Fraudes na utilização dos cartões deverão ser minimizadas por uma ação de fiscalização. Nas regiões mais isoladas, o controle maior da comunidade sobre varejistas e feirantes ajudará a evitar desvios e corrupção.

Em todas as ações do programa, será bastante útil a colaboração das empresas e de seus funcionários, que poderão atuar como voluntários para ministrar cursos, dar treinamento profissional e realizar inspeções de saúde. Em muitos casos, as empresas poderão disponibilizar também suas instalações, salas de treinamento, materiais e máquinas para a realização de cursos técnicos. Algumas empresas já atuam isoladamente no apoio ao voluntariado, liberando funcionários em parte de seu horário de trabalho para a realização de atividades comunitárias. A proposta é ampliar e articular essas possibilidades.

Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador

Uma importante medida específica de combate à fome diz respeito ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Essa iniciativa reúne empresas, trabalhadores e governo para viabilizar uma alimentação mais barata. A empresa pode deduzir do imposto de renda a pagar o dobro das despesas realizadas, desde que essa dedução não ultrapasse 4% do total devido, podendo descontar até 20% do benefício concedido a seus empregados.

Atualmente, o PAT atende 8 milhões de trabalhadores em cerca de 80 mil empresas. Outros 9 milhões de trabalhadores recebem algum tipo de ajuda alimentar. No entanto, 24,8 milhões de trabalhadores formais e informais (excluídos os funcionários públicos e militares) não têm qualquer tipo de auxílio-alimentação.

As razões para o fraco desempenho do PAT estão ligadas ao baixo nível de incentivo fiscal. Atualmente 93% das empresas brasileiras (que são mais de 3 milhões) pagam seu imposto de renda pelo regime de lucro presumido do SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), que veda o acesso aos benefícios fiscais do PAT. Trata-se de um dilema, pois são justamente as micro e as pequenas empresas que pagam os salários mais baixos e têm maior dificuldade para viabilizar um subsídio à alimentação de seus funcionários.

De todo modo, muitas empresas têm meios de colaborar diretamente, reforçando a alimentação dos empregados de forma autônoma, para além dos limites estabelecidos pela lei. A distribuição de cestas básicas para os empregados mais humildes pode representar um grande reforço em seu orçamento familiar. A quantidade e a variedade de alimentos da cesta é muito importante e deve ser supervisionada por um nutricionista. Iniciativas como a concessão de um valor mais elevado no vale-alimentação ou a oferta de lanche ou café-da-manhã para os empregados têm um efeito imediato no seu bem-estar e também na sua produtividade.

Doação de cestas básicas nas emergências

Outra forma de colaboração importante é a doação de cestas básicas. Trata-se de uma política de características tipicamente emergenciais. No passado, muitas experiências de doação permanente de cestas básicas foram usadas como meio de clientelismo e corrupção. Ao mesmo tempo, essas práticas também tinham como efeito indesejável o fato de as pessoas carentes se acostumarem com a cesta básica e caírem numa atitude de passividade.

A distribuição continuada de cestas básicas provocava também um forte impacto negativo no comércio das regiões pobres beneficiadas, que ficava praticamente inativo, diminuindo ainda mais as possibilidades de desenvolvimento local. Em 2001, o governo federal cortou as verbas para distribuição de cestas básicas, que haviam atingido um pico de 28,5 milhões de unidades em 1998.

Por esses motivos, a doação de cestas básicas é admitida pelo Programa Fome Zero apenas em caráter emergencial. A iniciativa privada pode ajudar nessa política não só comprando e distribuindo cestas básicas, mas também de duas maneiras muito originais, a saber:

- a) Na troca de informações e utilização de estruturas de compras eletrônicas já existentes em grandes redes de supermercados, corretoras de mercadorias e atacadistas. Nessas atividades, executivos altamente especializados trabalham com informações sobre preços, cotações e disponibilidade de alimentos da cesta básica. O apoio empresarial pode suprir o poder público e as entidades assistenciais com informações importantes para seu trabalho de compra e montagem das cestas.
- b) No apoio logístico, cedendo caminhões de transportadoras e centrais de distribuição de supermercados e atacadistas. As empresas desses ramos possuem ampla estrutura, o que lhes permite atender rapidamente brasileiros em situação de dificuldade em regiões distantes do país. Esse apoio permitiria superar os principais entraves à distribuição de cestas por canais oficiais.

Combate à desnutrição materno-infantil

Um dos principais campos em que as empresas podem investir, em parceria com organizações beneficentes, é o combate à desnutrição materno-infantil. A taxa de mortalidade infantil no Brasil — 32,7 por mil nascidos vivos em 2001 — ainda é bastante elevada, embora tenha caído significativamente do patamar de 46,2 por mil nascidos vivos em 1991. A título de comparação, o México tem uma taxa de 25 por mil nascidos vivos e, nos Estados Unidos, a taxa é de 8 por mil nascidos vivos. No Brasil, a principal causa da mortalidade infantil é a desnutrição.

O trabalho das empresas nessa área tem um importante papel complementar às ações do poder público no acompanhamento e orientação às famílias, mães e crianças menores de um ano. São várias as alternativas de suplementação alimentar mas, antes de tudo, deve-se reforçar a informação sobre o aleitamento materno. Para tanto, as empresas devem garantir às suas funcionárias mães o direito de amamentar, respeitando os horários que essa atividade requer.

Além da Pastoral da Criança, muitas ONGs e associações desenvolvem trabalhos consistentes na área da segurança alimentar de mães e bebês. As empresas podem apoiá-las diretamente, ou mesmo estabelecer uma ponte entre essas entidades e as comunidades impactadas pela atuação empresarial.

Creches e acompanhamento da população infantil

As empresas devem manter creches devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e fiscalizar a alimentação suplementar fornecida por esses estabelecimentos aos filhos de seus empregados. Sugere-se, inclusive, que as mães possam receber uma cesta básica adicional para alimentar os filhos em idade pré-escolar.

Uma boa forma de apoio às comunidades onde as empresas estão presentes é promover o monitoramento da saúde das crianças recém-nascidas ou em idade pré-escolar. A redução da taxa de mortalidade infantil no Brasil nos últimos anos pode ser creditada em boa parte à atuação da Pastoral da Criança. A base desse trabalho é o acompanhamento mensal da saúde das crianças da periferia das grandes cidades e o controle de sua alimentação.

A empresa pode se engajar em projetos semelhantes, colocando recursos para treinar voluntários, franqueando o acesso às suas instalações médicas ou ambulatoriais a famílias cadastradas, ou mesmo realizando campanhas de reforço nutricional e de vacinação em sua comunidade.

Educação para o consumo de alimentos

A educação para o consumo de alimentos em nosso país exige muitos investimentos e uma verdadeira mudança cultural. Há carência de informações sobre as qualidades nutricionais dos alimentos. Essa situação faz com que os consumidores adquiram os produtos em razão da propaganda, sem levar em conta sua qualidade e até mesmo seu preço.

A televisão brasileira possui uma enorme influência sobre as classes de renda mais baixa e uma campanha publicitária pode levar uma família a substituir, por exemplo, alimentos saudáveis por guloseimas. Mas há avanços no sentido de regular tal poder. O Brasil já possui uma legislação rigorosa que estabelece limites para a propaganda de leite e seus derivados. Em países da Europa, o rigor é ainda maior. Vários produtos alimentícios obedecem a determinações restritivas por parte de órgãos fiscalizadores. Há também a imposição de uma “quarentena” a artistas importantes de programas infantis de televisão, impedindo-os de usar sua imagem para promover a venda de alimentos. O objetivo é garantir uma dieta saudável para todos desde a infância.

Atualmente, mesmo em países relativamente pobres, a obesidade já convive lado a lado com a desnutrição. Por outro ângulo, países com um vasto número de subnutridos costumam conviver com um grande desperdício de alimentos — seja em sua produção, distribuição ou preparação.

Iniciativas que as empresas podem adotar

As empresas podem contribuir de inúmeras formas para a segurança alimentar em diferentes esferas de atuação, como indicam algumas idéias já colocadas em prática:

Na própria empresa:

- **Fornecendo**, no restaurante da empresa, informações aos funcionários quanto ao valor nutricional dos alimentos e a composição de uma dieta balanceada, e orientações para a compra e o preparo dos produtos em casa.
- **Assegurando**, por meio de palestras e boletins internos, o mesmo tipo de orientação para os funcionários que recebem vale-refeição.
- **Contratando** um nutricionista que percorra os restaurantes freqüentados pelos funcionários nos arredores da empresa para fornecer orientações, montar cardápios e sugerir a incorporação de pratos com menor custo e maior benefício.

Na comunidade:

- **Reforçando** o trabalho educativo, produzindo material informativo e promovendo cursos e campanhas.
- **Divulgando** nos jornais locais e em programas de rádios comunitárias informações sobre preço e qualidade dos alimentos adquiridos pelo restaurante da empresa, para que sirvam de referência.
- **Promovendo** mensalmente, para a comunidade, um “fim de semana da alimentação”, no qual se ofereçam aulas de culinária e de aproveitamento integral dos alimentos.

Na sociedade:

- **Cumprindo** sua obrigação de fornecer informações precisas e corretas sobre alimentos comercializados, o que vale especialmente para as empresas do ramo alimentício e de distribuição (fabricantes de alimentos industrializados, atacadistas, supermercados, fornecedores de refeições, lanchonetes fast-food e outros).
- **Atuando** com responsabilidade social, criando sistemas de informação e de controle de qualidade dos alimentos e, principalmente, combatendo o desperdício. Grande parte dos alimentos desperdiçados é incluída na composição de custo do setor, encarecendo o produto final.

Apoio à ampliação da merenda escolar

A ampliação da merenda escolar — o maior programa de alimentação em atividade no Brasil — é outra ação que as empresas podem apoiar. Esse programa teve início em 1950 e atende atualmente quase 38 milhões de crianças por dia. Recentemente, o apoio na compra e na preparação das merendas foi descentralizado, cabendo às comunidades locais, a partir das prefeituras, administrar os recursos repassados pelo governo federal.

Até o final de 2001, o governo federal repassava os valores diários de R\$ 0,13 por criança matriculada no ensino fundamental gratuito e de R\$ 0,06 por aluno do ensino infantil e de entidades filantrópicas. Essas quantias permitiriam fornecer a cada criança 350 quilocalorias e 9 gramas de proteína por refeição, correspondendo a 15% de suas necessidades diárias. As despesas com pessoal, logística e instalações correm por conta dos governos estaduais ou das prefeituras.

Evidentemente, o fornecimento de apenas 15% das necessidades nutricionais das crianças em idade escolar também é bastante insuficiente. Mesmo assim, em muitas localidades o repasse do governo é quase o único recurso disponível para alimentar as crianças. Por outro lado, em diversos municípios esses recursos são complementados pela comunidade e administrados pela Associação de Pais e Mes-tres (APM) de cada estabelecimento.

Colaborando com as APMs, as empresas realizam um importante trabalho de apoio à alimentação infantil. Com a descentralização da merenda, já estão surgindo sistemas de administração em que a própria comunidade controla os recursos, contrata o pessoal e faz o cardápio das refeições.

POLÍTICAS LOCAIS DE COMBATE à FOME

A regionalização e a administração das diferenças culturais é um ponto forte do Programa Fome Zero. As soluções devem ser adaptadas para cada tipo de público beneficiário. No campo e nas cidades os problemas são diferentes, assim como há também uma grande diferença entre as vilas, cidades pequenas e médias e as regiões metropolitanas.

A participação das empresas no apoio às diferentes regiões deve ser devidamente analisada. Embora seja evidente a necessidade de a empresa atuar nas áreas geográficas em que realiza seus negócios, é muito salutar seu apoio a projetos de combate à fome em regiões ou locais onde as carências sejam maiores. Também é muito importante o apoio a áreas que nem sempre estão no raio imediato de ação das empresas, mas que se vinculam indiretamente a elas.

As políticas locais serão apresentadas a seguir, divididas por ações nas áreas rurais, nas pequenas e médias cidades e nas regiões metropolitanas.

Combate à fome nas áreas rurais

Um grande contingente de brasileiros vulneráveis à fome encontra-se no campo. As empresas podem reforçar a melhoria na renda e nas condições de alimentação dessas populações de duas formas, com efeitos imediatos: oferecendo apoio à produção para consumo próprio e dando suporte às atividades mercantis agropecuárias e não agropecuárias, combinação essa conhecida como pluriatividade de base familiar.

Com o lançamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), o governo federal avançou bastante, passando a fornecer crédito a juros pré-fixados e em níveis reduzidos. Todavia, esse programa poderia crescer, obter mais recursos, reduzir processos burocráticos e ter custos ainda mais baixos.

Atualmente, além dos bancos oficiais e das cooperativas de produtores, existem empresas privadas que concedem crédito aos produtores. Esse crédito, no entanto, sempre esteve vinculado a um sistema de adiantamentos que amarra os produtores aos fornecedores ou processadores. É necessário criar novos canais para obtenção de empréstimos destinados a atividades agrícolas e não agrícolas, tais como a construção de casas, poços e cisternas, investimento em pousadas e restaurantes etc.

O setor público não tem a flexibilidade nem a agilidade do setor privado, e é por esse motivo que as empresas podem atuar diretamente nessa área, como muitas ONGs já fazem. Outra forma de apoio das empresas é o desenvolvimento de programas de produção agropecuária certificada ou de artesanato local. Trata-se de valorizar a produção em pequena escala, realçando as diferenças geográficas e culturais das regiões fornecedoras. Considerando que a diversidade é cada vez mais valorizada, principalmente pelo consumidor de alta renda, trata-se de investir na comercialização de mercadorias diferenciadas, especialmente as de caráter local, permitindo uma renda maior aos produtores de pequena escala.

Combate à fome nas pequenas e médias cidades

Quase metade dos brasileiros com renda diária inferior a US\$ 1,08 reside em cidades pequenas e médias. Paradoxalmente, o combate à pobreza e à fome poderia ser bastante eficiente nessas localidades, onde é muito mais fácil identificar as famílias fragilizadas, conceder benefícios e fazer o acompanhamento necessário.

A ação da empresa numa cidade pequena ou média pode ser feita diretamente por meio da criação de **bancos de alimentos**, que têm como objetivo viabilizar o aproveitamento de alimentos que normalmente seriam desperdiçados. O programa tem como referência o Food Bank, pertencente à America's Second Harvest, ONG que congrega cerca de 200 bancos de alimentos e fornece comida a 26 milhões de americanos e porto-riquenhos.

Existem algumas variações entre os diferentes bancos de alimentos em atividade no Brasil. De modo geral, porém, são constituídos por equipes de profissionais treinados e contam com veículos adaptados para o transporte de alimentos. Cada equipe realiza a coleta de alimentos nas empresas participantes. A distribuição para as instituições cadastradas é realizada no mesmo dia.

O programa **Colheita Urbana** também foi pensado a partir de experiências, como o Foodchain, uma rede de ONGs dos Estados Unidos que tem como objetivo coletar, todos os dias e de forma segura, alimentos frescos e refeições prontas que ficaram intocadas em restaurantes, hotéis, bufês e cafés.

As empresas podem ajudar basicamente de três formas:

- doando gêneros alimentícios, embalagens etc., emprestando veículos para transporte e oferecendo locais de depósito;
- colaborando com as instituições que atendem a população-alvo do programa, porque em geral os bancos de alimentos apenas complementam a alimentação; e
- disponibilizando funcionários voluntários, como nutricionistas, microbiologistas, contadores, motoristas, entregadores e ajudantes.

Nova legislação para incentivar doações

A experiência do Mesa São Paulo (*ver quadro à página 60*) levou o Sesc-SP e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo a propor mudanças na legislação vigente. Atualmente, há uma enorme resistência das empresas a doar alimentos por receio da responsabilidade que lhe possa ser imputada por algum dano que o produto doado venha a causar às pessoas assistidas. Há também o problema das tributações de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incidem sobre o valor do alimento doado e que tornam a atividade de benemerência um ônus para quem a pratica. Por essa razão, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo propôs ao governo federal, em 1996, a elaboração de uma legislação específica que pudesse incentivar as doações — o conjunto de projetos de lei conhecido como Estatuto do Bom Samaritano.

Estatuto do Bom Samaritano

A proposta do Estatuto do Bom Samaritano foi baseada em outras leis de incentivos fiscais do Brasil — como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e as leis de incentivo à cultura — e na legislação americana. A proposta resultou em quatro anteprojetos de lei e um anteprojeto de convênio relativo ao ICMS que protegem o doador e concedem isenções e incentivos fiscais. Por serem matéria tributária, as propostas que tratam de isenções e incentivos fiscais são de iniciativa privativa do Executivo. Aquelas que dispõem sobre a responsabilidade civil e criminal das pessoas naturais e jurídicas que doam alimentos são de competência do Legislativo. Já a proposta de convênio relativo ao ICMS é uma questão a ser deliberada pelo Conselho Fazendário (Confaz). Os empresários teriam ainda isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos alimentos, máquinas, equipamentos e utensílios doados a entidades, associações e fundações sem fins lucrativos que tenham por finalidade o preparo e a distribuição gratuita de alimentos a pessoas carentes.

Desses anteprojetos de lei, apenas um, o que trata da responsabilidade civil e criminal do doador, foi aprovado pelo Senado da República (PL 4747/1998) e atualmente está tramitando na Câmara dos Deputados. Todavia, um projeto de lei de igual teor (PL 03289/1997) também se encontra tramitando na Câmara, à espera do parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Os restantes não estão em tramitação em nenhuma das duas casas do Congresso Nacional.

Parcerias de varejistas com o poder público

Outra política importante para o desenvolvimento local é a parceria do poder público com varejistas, dentro de um novo modelo de relacionamento das diferentes esferas de governo com os supermercados e outros estabelecimentos de comercialização de alimentos. A expansão dos supermercados e dos restaurantes *self-service* é inegável. As grandes redes de supermercado já estão presentes até mesmo em pequenas comunidades e têm grande capacidade de controlar os preços praticados e de influenciar os consumidores nos seus hábitos de compra.

Tanto os supermercados como as prefeituras têm a ganhar com o estabelecimento de parcerias. A realização de trabalhos conjuntos dá credibilidade e respeito aos empresários de distribuição, garantindo fluxo constante de clientes e crescimento nas vendas. O apoio dos supermercados pode se dar em três frentes importantes, a saber:

- Na comercialização de produtos da agricultura familiar local, por meio da montagem de espaços específicos de exposição, degustação e venda. Para tanto, o supermercado poderá contar com algum tipo de abatimento em impostos municipais, desde que se comprometa a reservar uma determinada metragem para esses produtos.
- No compromisso de manter margens de lucro e preços compatíveis com o poder aquisitivo da comunidade. As pesquisas mostram que, em diversas situações, as grandes redes de supermercados mantinham níveis de preços mais elevados que as redes locais ou os pequenos estabelecimentos isolados. Recomenda-se, portanto, que haja um compromisso público quanto à manutenção das margens de lucro, podendo-se, inclusive, criar uma comissão de consumidores e técnicos da prefeitura para avaliar e controlar o nível dos preços praticados.
- Aliando-se a fornecedores, produtores agrícolas e agroindustriais locais em campanhas de alimentação, comercializando produtos de época ou atendendo a demandas específicas da comunidade.

Agricultores urbanos e produtores de alimentos

A agricultura urbana também merece destaque entre as políticas de apoio empresarial ao combate à fome. A atenção usualmente conferida à problemática agrícola rural faz com que as atividades urbanas de produção e de distribuição de alimentos raramente recebam uma consideração proporcional à sua importância.

É necessário implantar um programa dirigido ao fortalecimento de pequenos e médios produtores urbanos de alimentos, de refeições prontas e principalmente à qualificação do pequeno varejo.

A conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar reflete, também, uma estratégia de “juntar as duas pontas”, quais sejam os produtores agrícolas e os consumidores. Os gestores de programas públicos têm reconhecido o papel cumprido pela intermediação comercial para dar regularidade tanto às compras dos produtos dos agricultores como à oferta desses bens aos consumidores. Naturalmente, o modo como a intermediação desempenha esse papel depende da existência de instrumentos regulatórios que evitem que seus interesses comerciais se sobreponham aos dos produtores e consumidores.

A importância da agricultura urbana cresceu tanto que a FAO lançou recentemente um programa denominado Cidades Alimentando Cidades, que destaca o estabelecimento de hortas urbanas, a utilização de terrenos baldios para o cultivo de alimentos e principalmente o uso adequado da água nas cidades.

As empresas podem iniciar e apoiar decisivamente projetos desse tipo, cedendo terrenos por meio de mecanismos jurídicos, como o da cessão em comodato, por exemplo, para a produção de alimentos por trabalhadores desempregados. Podem, ainda, fornecer materiais, insumos e assistência técnica para esses novos produtores e adquirir produtos provenientes desse cultivo. Havendo oferta, parece lógico que os supermercados, feiras livres e a demanda institucional também se utilizem dessa produção local para o seu próprio abastecimento.

Combate à fome nas regiões metropolitanas

O Programa Fome Zero propõe uma série de ações para o combate à fome nas regiões metropolitanas, uma vez que é nelas que a pobreza e a fome mais têm crescido. A iniciativa privada pode colaborar nessas políticas, pois são justamente as regiões metropolitanas que concentram o maior número de empresas, e é também aí que as empresas atuam mais diretamente, dada a concentração dos mercados.

As empresas podem administrar ou ajudar a colocar em funcionamento restaurantes populares. Além disso, há um grande conjunto de ações que podem ser adotadas, como, por exemplo, o fornecimento de lanches e refeições a preços de custo aos trabalhadores das metrópoles ou o estabelecimento de convênios para doações de alimentos ou de recursos voltados para a alimentação.

A doação para organizações beneficentes de alimentos perecíveis que de outra forma seriam descartados passa por propostas que vão desde a captação de alimentos até sua distribuição. A aplicação de uma nova legislação deverá provocar um significativo aumento no aporte de alimentos colocados à disposição das entidades para atendimento à população carente. Com o estabelecimento de convênios com as entidades, as empresas podem consolidar o caráter permanente de sua colaboração, seja em gêneros alimentícios ou em dinheiro.

Restaurantes populares

A proposta de restaurantes populares é a que tem maior aplicabilidade nas grandes metrópoles. Há um enorme contingente de pessoas que se deslocam diariamente para o centro das grandes cidades. Para essas pessoas, a possibilidade de se alimentar por um custo reduzido é de enorme importância. O Fome Zero pretende lançar um abrangente programa de restaurantes populares para fornecer refeições a preço de custo.

Não raro, o almoço nos restaurantes populares já em funcionamento é a única refeição que o indivíduo faz durante o dia. Levantamentos realizados mostram que uma refeição num restaurante popular poderia custar R\$ 1,80, considerando-se todos os custos variáveis e os gastos com mão-de-obra. Essa é a média observada no Restaurante Popular de Belo Horizonte e também nos do estado do Rio de Janeiro. Não estariam incluídos no cálculo os dispêndios com a instalação, aluguel, reformas ou outras despesas com o local, que pode ser cedido pelo poder público. Caso os gastos com pessoal e manutenção da infra-estrutura sejam cobertos pelas prefeituras, governos estaduais ou entidades beneficentes, como ocorre hoje, o custo da refeição pode ficar próximo de R\$ 1,00.

A iniciativa privada pode se engajar no programa de restaurantes populares participando da administração de novos locais. Com exceção do de Belo Horizonte, todos os demais restaurantes populares têm sua administração terceirizada. Além dos aspectos sociais envolvidos nessa atividade, a proliferação de restaurantes populares no Brasil mostra que esse é um negócio rentável. De modo geral, do ponto de vista estratégico, os restaurantes populares não concorrem com outros negócios de alimentação, embora em algumas cidades os bares e restaurantes situados próximos dessas novas instalações tivessem que baixar seus preços.

As empresas também podem subsidiar os custos dos restaurantes populares investindo recursos em publicidade nesses espaços, seja em áreas internas ou em seus terrenos, por meio de painéis, *outdoors* e *front lights*, por exemplo.

Bancos de alimentos

Proposta relevante do Programa Fome Zero é a constituição de bancos de alimentos, para permitir um fluxo contínuo de produtos que viabilizem o abastecimento de restaurantes de apoio, albergues e casas de recepção de indivíduos desamparados. Pela proposta, as instituições beneficentes ou os bancos de alimentos devem captar os alimentos doados, separá-los e até mesmo realizar algum processamento para sua distribuição via equipamentos de apoio.

A distribuição dos alimentos doados deverá ser feita prioritariamente por intermédio de instituições beneficentes, com o apoio do poder público. Essas parcerias visam retirar os indigentes da rua, dando-lhes abrigo, alimentação e treinamento para que eles possam buscar novas oportunidades de trabalho.

O Banco de Alimentos de São Paulo

O Banco de Alimentos de São Paulo, em parceria com 92 empresas e mais de 200 permissionários, assumiu a responsabilidade de fornecer hortaliças, frutas, verduras e legumes, assim como parte dos produtos industrializados, para todas as refeições das 18.500 pessoas que freqüentam as 40 instituições cadastradas no programa. Atualmente conta com sete funcionários e três veículos, distribuindo 30 toneladas de alimentos por mês. Nos seus quatro anos de funcionamento já distribuiu mais de 800.000 quilos de alimentos.

A instituição foi criada por iniciativa de uma empresária paulista e mantém uma relação de cooperação com outros programas de combate à fome e ao desperdício, como o projeto ligado ao Mesa São Paulo e ao Sesc. Essa cooperação envolve o repasse de excedentes de alimentos e a organização das

atividades, evitando, assim, a superposição de ações. Também promove captações em conjunto e atividades para ensinar a manipulação correta e integral dos alimentos, como sua higienização e armazenamento. A coordenação das ações, recomendam dirigentes das instituições, deve ser obedecida por todos que pretendam implantar programas de colheita urbana de alimentos e combate à fome, para gerar maiores benefícios e garantir melhor resultado. Sem organização, há mais desperdício.

Os alimentos arrecadados são distribuídos no mesmo dia. A ONG toma para si toda a responsabilidade sobre os alimentos doados, eximindo o doador de qualquer responsabilidade civil. Ao receber o alimento, o receptor atesta sua qualidade e padrão para consumo, fechando-se o ciclo. Todo esse procedimento é documentado na forma de recibos de doação e recepção.

Um convênio entre o Banco de Alimentos e a Faculdade São Camilo permite que estudantes do último ano de nutrição façam estágios nas instituições cadastradas pelo banco e realizem um diagnóstico alimentar de seus participantes, detectando casos de subnutrição e desnutrição, propondo dietas especiais e dando orientação aos profissionais.

Entre as empresas parceiras do Banco de Alimentos, encontram-se atacadistas de produtos hortifrúti, indústrias de alimentos, padarias, mercados, armazéns e sacolões. Hoje o banco tem 101 entidades em fila de espera para receber alimentos.

BANCO DE ALIMENTOS

Contato: Luciana Chinaglia Quintão - Presidente
Rua Turiaçu, 1353, Perdizes
São Paulo, SP
CEP: 05005-001
Tel.: (11) 3862-7265
Fax: (11) 3862-7269
E-mail: info@bancodealimentos.org.br
Site: www.bancodealimentos.org.br

Programa Mesa São Paulo

Distribuir alimentos, principalmente in natura, para combater a fome e o desperdício é a missão do programa Mesa São Paulo. Para tanto, ele recolhe os alimentos das empresas doadoras e os distribui para instituições cadastradas. Instalado em 1994, no Sesc Carmo, no centro de São Paulo, o projeto original conta com nutricionistas e assistentes sociais que cuidam da qualidade dos alimentos distribuídos e de seu aproveitamento pelas instituições beneficiárias.

Os profissionais dessas instituições recebem orientação de como armazenar, higienizar e manipular os alimentos recebidos, de modo a garantir refeições mais nutritivas. O planejamento das ações garante que a coleta nas empresas e a distribuição às instituições ocorram no mesmo dia.

O Mesa São Paulo já passou por diferentes fases. Inicialmente, distribuía refeições prontas, mas deixou de fazê-lo por diversas razões, entre elas o risco de contaminação durante o armazenamento e transporte. Hoje, distribui principalmente produtos como hortaliças, legumes e frutas. O projeto conta com 200 empresas doadoras, que incluem muitos pequenos produtores, diversas padarias e algumas grandes corporações. A maioria das empresas doa alimentos, mas também há casos de companhias cuja participação ocorre de uma forma mais específica: a DHL, por exemplo, doou um veículo para a distribuição de alimentos e colocou à disposição do Mesa São Paulo um motorista contratado pela empresa. Além disso, dois de seus funcionários atuam como voluntários no programa.

São 194 as instituições beneficiadas, entre creches, asilos, albergues, associações de apoio a crianças com câncer e outras. O Programa Mesa São Paulo já serviu de referência para iniciativas semelhantes nas unidades do Sesc de Itaquera — também em São Paulo —, Santos, São José dos Campos e Bauru, e nos departamentos regionais do Sesc em Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará.

PROGRAMA MESA SÃO PAULO

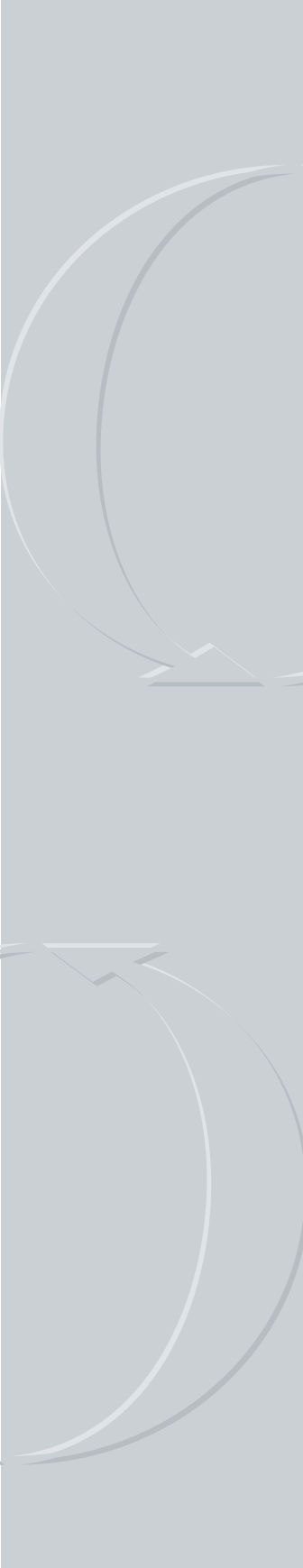
Contato: Paulo Ricardo Martin
Rua do Carmo, 147 — CEP: 01019-20 — São Paulo, SP
E-mail: email@carmo.sescsp.com.br
DDG: 0800 177 772

Centrais de compra e distribuição

Recursos como varejões, sacolões, comboios e compras comunitárias devem ser recolocados como alternativas viáveis de política de segurança alimentar em áreas urbanas. Para isso, é preciso incentivar a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias das regiões metropolitanas. Essas centrais dariam apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas que, por sua vez, teriam de comercializar os alimentos da cesta básica e outros gêneros alimentícios a preços mais baixos.

Atualmente, as centrais de compras das grandes redes de supermercados permitem uma significativa redução de custos. Ademais, suas características operacionais permitem distribuir produtos de melhor qualidade e promover uma relação mais estreita com produtores agrícolas e fornecedores no que se refere a variedades cultivadas, embalagens, forma de comercialização etc.

Outra maneira de consolidar parcerias com os varejistas é oferecendo o apoio das centrais públicas de abastecimento, compras e distribuição para as operações de pequenos comerciantes. Caberia ao poder público organizar e facilitar a integração de varejistas atuantes em cooperativas ou associações para que eles pudessem competir em igualdade com as grandes redes de supermercados. Esses pequenos comerciantes seriam treinados para que pudessem trabalhar melhor e oferecer produtos melhores e mais acessíveis às populações de áreas mais pobres.



**EXEMPLOS
BEM-SUCEDIDOS
DE COMBATE
À FOME**



Casa Verde Móveis

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)

Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)

Mineração Rio do Norte (MRN)

Nestlé Brasil

Novadata Sistemas e Computadores

Tupy Fundições

A Casa Verde Móveis, localizada em Mirassol, interior de São Paulo, foi considerada pelo *Guia Exame* a segunda melhor empresa do Brasil para se trabalhar. Com pouco mais de 200 funcionários, a empresa mantém com eles uma relação de diálogo e respeito e desenvolve iniciativas voltadas para a melhoria de sua qualidade de vida.

Uma das principais é o **Programa de Empréstimo Patrimonial**, que a Casa Verde implementou em janeiro de 2002. Trata-se de um programa de microcrédito por meio do qual os funcionários podem financiar em 24 prestações uma quantia correspondente a até três vezes o valor do seu salário, para comprar, quitar ou reformar sua casa. Financiado integralmente pela Casa Verde, o programa já realizou 65 empréstimos.

Outra iniciativa bem-sucedida é o **Programa Mais Conhecimento**. Implantado em 2001, garante uma estrutura de ensino permanente aos colaboradores, com treinamento diário no próprio local de trabalho. Oferece 22 bolsas de estudo, aulas pelo Telecurso com material incluído, cursos de inglês e cursos de atualização no exterior. Além disso, fornece auxílio para aquisição de material escolar.

A Casa Verde Móveis desenvolve também ações voltadas para a comunidade. Por meio do projeto **Apoio ao Lar dos Velhinhos**, fornece alimentação diária para os 34 idosos carentes do Lar dos Velhinhos de Mirassol, que recebem visitas semanais do enfermeiro da empresa, de seus funcionários voluntários e de uma terapeuta ocupacional. A Casa Verde oferece todo o material de apoio e realiza sua festa de Natal.

Além disso, faz contribuições financeiras mensais para a Apae de Mirassol e para duas creches da cidade que atendem os filhos dos colaboradores, beneficiando cerca de 400 crianças. A empresa ainda entrega mensalmente duas cestas de alimentação a famílias carentes indicadas por funcionários.

CASA VERDE MÓVEIS

Contato: Salma Ribeiro Regatieri
Gerente de Recursos Humanos
Site: www.casaverde.com.br
E-mail: rh@casaverde.com.br

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) é uma empresa pública que atua na área de transporte urbano no Estado de São Paulo. Entre vários de seus programas destinados à comunidade, podem-se destacar:

- **Programa Bom Lanche** — Desde maio de 2002, a CPTM instalou dez postos desse programa nas principais estações de trem, oferecendo aos usuários lanche matinal com alto valor nutritivo a preço de custo (R\$ 0,40). O objetivo é reduzir as ocorrências de mal súbito entre passageiros por falta de alimento. Desde sua implantação, já foram consumidos mais de 1,5 milhão de lanches, compostos de sanduíche e suco. Diariamente, são comercializadas 14 mil unidades nos quiosques instalados nas estações Brás, Barra Funda, Guaianazes, Francisco Morato, Santo André, Mauá, Osasco, Carapicuíba, Itapevi e Estação Especial da Lapa. A CPTM tem como parceiros do programa as secretarias dos Transportes Metropolitanos e da Agricultura e Abastecimento, além da empresa Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda. O programa é responsável pela criação de 70 novos empregos diretos.
- **Programa Menor Aprendiz** — Oferece o Curso de Aprendizagem Industrial, em parceria com o SENAI, e ensina noções básicas sobre ferrovia. Desde sua fundação, a CPTM já formou 1.881 técnicos de transporte sobre trilhos.
- **Projeto Qualidade de Vida** — Desenvolve mensalmente campanhas relacionadas a educação em saúde, prevenção contra drogas, planejamento familiar e prevenção de acidentes.

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS (CPTM)

Contato: Luiz Alberto Chaves de Oliveira
Gerente de Relações Comunitárias e Programas Corporativos
Site: www.cptm.sp.gov.br
E-mail: luizco@cptm.sp.gov.br

Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)

Localizada em Serra, no Espírito Santo, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) tem investido anualmente US\$ 1 milhão em programas para a comunidade, atuando prioritariamente em educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano e cultura. Mantém ação específica para o combate à fome, além de vários projetos voltados para a criação de renda e de empregos:

- **Programa Solidariedade (Sopão)** — Desde 1993, a CST disponibiliza sua cozinha central, ingredientes e todos os recursos necessários para o preparo de uma sopa nutritiva que é oferecida diariamente a pessoas carentes da comunidade. O Sopão é feito por 40 voluntários, entre colaboradores da empresa, familiares e representantes de ONGs locais. As empresas que prestam serviços de transporte para a CST colaboram distribuindo a refeição a várias instituições da Grande Vitória. O programa já atendeu 26 entidades da região metropolitana, totalizando 3.200 beneficiados.
- **Programa Aica (Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente)** — Atende crianças e adolescentes residentes no entorno da CST em situação de risco social e pessoal, incentivando-os a estudar e a se integrar à comunidade. Oferece oficinas de corte e costura e padaria, além de atendimento psicológico e odontológico, passeios e atividades complementares no tempo livre da escola. Só em 2001, mais de mil crianças e adolescentes já foram beneficiados por esse projeto.

Outros programas têm sido desenvolvidos pela CST com o objetivo de ampliar a inserção de jovens carentes da comunidade na escola e no mercado de trabalho, por meio de cursos profissionalizantes e oficinas. São exemplos o programa **Crer com as Mãos**, o projeto **Oficinas de Iniciação Profissional** e o projeto **Casa do Menino**. Já o projeto **Universidade para Todos** visa a democratização do acesso ao ensino superior, favorecendo alunos egressos da rede pública.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO (CST)

Contato: Herta R. Torres
Departamento de Meio Ambiente
e Comunicação Empresarial - PDM
Site: www.cst.com.br
E-mail: herta@tubarao.com.br

Mineração Rio do Norte (MRN)

Empresa da Companhia Vale do Rio Doce, a Mineração Rio do Norte (MRN) investe em diversos programas de responsabilidade social que beneficiam os funcionários, suas famílias e comunidades próximas de sua sede, em Porto Trombetas, no Pará, mil quilômetros a oeste de Belém.

Desde 1997, a MRN promove uma gincana estudantil baseada em temas como ética e cidadania. Em 2001, os estudantes arrecadaram alimentos, roupas, livros, remédios e brinquedos, atendendo 460 famílias.

A Escola Municipal da Boa Vista, construída pela MRN em 1991, oferece educação infantil e ensino fundamental da 1ª. à 4ª. série e é mantida em parceria com a prefeitura de Oriximiná. Atende 166 alunos da Comunidade Boa Vista, composta por remanescentes de quilombos. A empresa disponibiliza recursos para capacitação, transporte, moradia, alimentação e assistência médica aos professores, além de manter o prédio da escola e fornecer duas merendas escolares.

Os alunos com idade adequada podem se matricular na 5ª. série da Escola de Porto Trombetas ou na Escola de Educação para Jovens e Adultos, ambas mantidas pela MRN. A escola Jonathas Pontes Athias oferece, gratuitamente, ensino fundamental da 5ª. à 8ª. série e ensino médio para 1.119 alunos, dependentes de funcionários da mineradora e de moradores das comunidades ribeirinhas. Anualmente, a MRN investe cerca de US\$ 1 milhão na manutenção da escola, arcando também com os custos de transporte, uniformes e parte do material didático. Atualmente, 45 alunos da Comunidade Boa Vista cursam a escola em Porto Trombetas.

- **Projeto AMI (Ação Monitorada de Integração)** — Visa diminuir os altos índices de reprovação e evasão escolar da Comunidade Boa Vista. Em turno integral, oferece, durante três dias da semana, aulas de informática, reforço escolar, almoço e atendimento odontológico. Dos 33 alunos da turma de 2001, que incluía 16 alunos ribeirinhos, houve apenas seis reprovações.
- **Projeto Quilombo** — Em parceria com a Fundação Esperança, de Santarém, a MRN envia mensalmente um barco com equipamentos, médicos e enfermeiros a duas comunidades remanescentes de quilombos às margens do rio Trombetas, prestando assistência médica a cerca de 300 famílias.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE (MRN)

Contato: José Flávio Alves
Assessor de Relações
Comunitárias e
Assuntos Corporativos
E-mail:
joseflavio@mrn.com.br

No final de 1999, a Nestlé lançou um programa de educação alimentar para a prevenção da desnutrição infantil. O **Programa Nutrir** fornece a crianças de comunidades carentes e seus familiares informações e orientações para que obtenham a melhor nutrição possível, mesmo com recursos financeiros escassos. Consiste, basicamente, na realização da Folia Culinária, uma série de encontros entre voluntários devidamente treinados com crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos e suas mães. Por meio de jogos e brincadeiras, discutem-se com as crianças assuntos relacionados a alimentação e higiene e indicam-se os valores nutricionais dos alimentos, enquanto as mães, também sob a supervisão de voluntários, preparam uma refeição que será servida aos participantes.

O sucesso do programa levou à constatação de que ele pode ser aplicado em qualquer localidade. Assim, iniciou-se um programa de capacitação implementado pelos principais coordenadores do Nutrir, com o apoio de consultores contratados, que permitirá a efetiva criação de uma rede nacional de prevenção da desnutrição. Intensificado em 2002, o Nutrir havia capacitado até o ano anterior 335 pessoas, entre merendeiras, mães, agentes comunitários e educadores, que prestam serviços a 176 instituições reconhecidas, beneficiando mais de 70 mil jovens.

As unidades da empresa disponibilizam espaços em suas instalações para que os voluntários possam se reunir e programar as atividades. A Nestlé também estimula seus funcionários a participar diretamente do projeto como voluntários e a contribuir com doações em dinheiro. A cada doação feita, a empresa contribui com o mesmo valor. Com a verba arrecadada, compra-se material pedagógico, produzem-se manuais e custeiam-se despesas com transporte e alimentação.

O programa também apóia iniciativas de mães e de outras pessoas da comunidade para que, além de melhorar a qualidade das refeições em casa, possam obter renda com o conhecimento adquirido.

NESTLÉ BRASIL

Contato: Marcus Nakagawa

Telefone: (11) 5508-9737

Site: www.nestle.com.br

E-mail: marcus.nakagawa@br.nestle.com

Novadata Sistemas e Computadores

Localizada em Brasília, a Novadata Sistemas e Computadores montou um projeto em parceria com a ONG Ágora — Associação para Projetos de Combate à Fome, procurando conciliar o reforço à alimentação com a geração de emprego. Por intermédio da Ágora, a Novadata doa recursos para o **Projeto Cestas da Cidadania**, que entrega cestas básicas para as famílias mais carentes da área, selecionadas pela própria comunidade. Quem compra os alimentos é a própria organização da comunidade, que faz pesquisa de preços, monta e distribui as cestas. As famílias pagam integralmente pelo alimento, metade em dinheiro e metade em trabalho comunitário, sendo que a participação em cursos de capacitação é considerada como trabalho. O dinheiro fica na própria comunidade, constituindo o Fundo Rotativo de Empréstimos Solidários.

Esse fundo concede microcrédito e assistência técnica aos potenciais empreendimentos comunitários, que gerarão empregos e renda. Para receber o benefício da cesta de alimentos, além de preencher os critérios sociais a família tem que assumir alguns compromissos com a comunidade, para evitar práticas assistencialistas e, ao mesmo tempo, estimular o fortalecimento da auto-estima e da vinculação com a comunidade.

O projeto foi iniciado em 1993, no Lixão da Estrutural, em Brasília. Depois disso, já foi implantado em mais quatro localidades no Distrito Federal e em Feira de Santana, na Bahia. Atualmente está sendo implantado na zona rural do Distrito Federal, nas comunidades do Sítio Novo e Sarandi, atendendo 60 famílias. Os principais resultados obtidos são 300 toneladas de alimentos distribuídos, 2.000 crianças avaliadas periodicamente, mais de 500 microemprendimentos financiados e centenas de reuniões, palestras e atividades comunitárias.

Em 1994, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), órgão da Presidência da República, recomendou que o Projeto Cestas da Cidadania fosse tomado como exemplo de política pública de combate à fome.

NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES

Contato: Flávio Camargo Schuch
Diretor Executivo da Ágora - Associação para
Projetos de Combate à Fome
Site: www.agora.org.br
E-mail: fschuch@agora.org.br

Sediada em Joinville, Santa Catarina, a Tupy Fundições firmou um contrato social que visa educar, conscientizar e estimular a busca pelo saber nas comunidades onde atua. Dentre as várias ações que a empresa desenvolve, podem-se destacar:

- **Mutirão da Alfabetização** — Procurando contribuir para a erradicação do analfabetismo em Joinville, a Tupy estabeleceu em 1998 uma parceria com a Alfalit, entidade filantrópica dedicada à alfabetização. Mais de 3.000 pessoas já passaram pelo projeto, que tem reduzido o índice de analfabetismo na cidade.
- **Projeto Cidadão do Amanhã** — Iniciado em 1999, o projeto contribui com duas creches em Joinville. A empresa colabora fornecendo alimentação, transporte, material didático, reforço escolar e investe na melhoria das instalações físicas e culturais e dos equipamentos.
- **Programa de Integração Indústria Comunidade (PIIC)** — Promove cursos profissionalizantes de acordo com as necessidades indicadas pelas associações comunitárias. Em 2002, primeiro ano de funcionamento do programa, a Tupy qualificou cerca de 400 pessoas como mecânicos de automóvel, eletricitas, mecânicos de bicicleta, soldadores, telefonistas e secretárias.
- **Programa de Desenvolvimento Contínuo** — Em funcionamento há mais de dez anos, o programa é voltado para o desenvolvimento e a melhoria do grau de escolaridade dos funcionários da Tupy Fundições. A Universidade Corporativa Tupy oferece cursos de aperfeiçoamento profissional e possibilita a migração no nível de formação curricular. No último ano, 1.381 pessoas, entre colaboradores e seus dependentes, frequentaram os cursos supletivos de nível básico e médio oferecidos pela empresa. Além disso, são realizados cursos de especialização e mestrado nas áreas afins. Como resultado, 92% dos participantes do programa obtiveram algum tipo de promoção no ambiente de trabalho, e o grau de instrução dos funcionários da empresa teve um aumento significativo.

TUPY FUNDIÇÕES

Contato: Elisandra Bastos
Desenvolvimento Organizacional e de Pessoal
Site: www.tupy.com.br
E-mail: elisbastos@hotmail.com

OUTRAS AÇÕES

- _____ Banco do Brasil
- _____ Bandeirante de Energia
- _____ Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife
- _____ Centro de Referência em Segurança Alimentar
- _____ Companhia Industrial Cataguases
- _____ Grupo Zema
- _____ IQF Schering-Plough
- _____ Johnson & Johnson Produtos Profissionais
- _____ Motos Mato Grosso
- _____ RLM
- _____ Shell Brasil
- _____ Skill
- _____ Ten Yad
- _____ TIM Maxitel
- _____ Yázigi

Banco do Brasil

O Banco do Brasil mantém o **Programa Adolescente Trabalhador**, que apóia a formação pessoal e profissional de adolescentes de famílias com renda de até meio salário mínimo *per capita*. Contratados como aprendizes, os adolescentes devem estar cursando no mínimo a 7ª. série do ensino fundamental ou o supletivo de 1º. grau e estar inscritos em programas assistenciais. Até o final de 2002, foram contratados 2.800 adolescentes. Os aprendizes ficam no banco de 18 a 24 meses, desvinculando-se ao completar 17 anos e dez meses.

Bandeirante de Energia

A Bandeirante de Energia, distribuidora que cobre 28 municípios do estado de São Paulo, desenvolveu uma campanha que agrega o apelo da economia de energia elétrica ao combate à fome e estimula a coleta seletiva entre seus consumidores. O lixo e os resíduos são processados e vendidos como sucata. A arrecadação obtida é utilizada na compra de alimentos, doados a instituições de caridade. Outra campanha da empresa oferecia um *kit* com três lâmpadas econômicas a cada doação de um quilo de alimento.

Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife

A Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife, em Pernambuco, mantém desde 1996, em parceria com a prefeitura, a **Escola Municipal Lojistas do Recife**, que atende em período integral 600 crianças em situação de risco pessoal e social, com idade entre 4 e 14 anos, oferecendo educação infantil e ensino fundamental, reforço escolar e atividades recreativas e esportivas. Também oferece 150 vagas em cursos profissionalizantes para jovens entre 14 e 21 anos. Promove, ainda, cursos de alfabetização e capacitação de adultos.

Centro de Referência em Segurança Alimentar

O Instituto Polis obteve da prefeitura da cidade de São Paulo a cessão de equipamentos — uma cozinha semi-industrial, um refeitório de 80 lugares e um galpão — para implantar o **Centro de Referência em Segurança Alimentar**, no bairro do Butantã. O objetivo do centro é funcionar como cozinha-escola, com biblioteca básica, horta, viveiro de mudas e entreposto de produtos enriquecidos. Por meio dele está sendo articulada uma rede de solidariedade local, envolvendo empresas e entidades. Estão sendo preparados cursos de formação para funcionários públicos, lideranças sociais e agentes comunitários de segurança alimentar.

Companhia Industrial Cataguases

Por meio do **Projeto Tecendo Solidariedade**, a Companhia Industrial Cataguases, fabricante de fios e tecidos, estimula a realização de doações voluntárias pelos funcionários da empresa. Mensalmente, as contribuições em dinheiro são descontadas na folha de pagamento e as doações de alimentos são encaminhadas a instituições da região de Cataguases, Minas Gerais, onde fica a sede da empresa. Os próprios funcionários administram os recursos arrecadados e prestam contas à comunidade.

Grupo Zema

Criado em 1999, o **Projeto Esperança** permitiu estruturar o apoio do Grupo Zema e de seus funcionários e parceiros a instituições que atendem crianças carentes nos municípios mineiros onde as empresas do grupo estão localizadas. A receita obtida com a venda de materiais reaproveitáveis como papel, papelão, PET, plásticos e latas de alumínio — uma média de R\$ 2.500 mensais —, é integralmente destinada a entidades selecionadas. O Grupo Zema arca com todas as despesas de pessoal e com o manuseio, coleta, transporte e prensagem dos materiais.

IQF Schering-Plough

Por meio do **Instituto Criança É Vida**, mantido pela IQF Schering-Plough, são ministrados cursos e treinamentos para mães e crianças nas áreas de saúde, higiene e alimentação. A indústria química e farmacêutica, sediada na cidade de São Paulo, também apóia o atendimento de crianças em creches e hospitais, além de incentivar a atuação de seus funcionários em programas de voluntariado. Após estabelecer dezenas de parcerias, a empresa passou a treinar funcionários e voluntários para multiplicar o trabalho de educação básica em saúde, que já beneficiou 17.300 famílias.

Johnson & Johnson Produtos Profissionais

As empresas do grupo Johnson & Johnson, que atua no Brasil desde 1933, já têm como tradição o incentivo à participação de seus funcionários em iniciativas voltadas para as comunidades onde vivem. A Johnson & Johnson Produtos Profissionais mantém um programa regular de doação de alimentos que beneficia mais de 40 entidades assistenciais na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Para cada quilo de alimento doado voluntariamente por seus funcionários, a empresa doa o equivalente a R\$ 0,75.

Motos Mato Grosso

Além de programas de alfabetização e da doação de motocicletas para entidades beneficentes, a revendedora Motos Mato Grosso mantém o **Programa Co-meta Frutificar**, que distribui mudas de árvores frutíferas para serem plantadas nos quintais das casas de famílias carentes de Cáceres, no Mato Grosso. Também promove cursos para os estudantes e para a comunidade, ensinando-os a cultivar e trabalhar com as frutas e conscientizando-os de seu valor nutritivo na alimentação e na manutenção da saúde.

RLM Comércio de Alimentos

A RLM, empresa que administra cinco restaurantes McDonald's nos municípios paulistas de Santos e Praia Grande, desenvolve, em parceria com a Associação Comunidade de Mãos Dadas (ACMD), um projeto de apoio à Pastoral da Criança que visa o combate à desnutrição e à mortalidade infantil. São realizadas campanhas de arrecadação de alimentos e de multimistura, que são distribuídos entre as comunidades carentes da Baixada Santista, onde os parceiros do projeto atuam. Lá, a Pastoral da Criança faz o acompanhamento de mais de 8 mil crianças.

Shell Brasil

A Shell Brasil promove anualmente entre seus funcionários a campanha **Natal sem Fome**. Durante o mês de dezembro, são recolhidos alimentos não perecíveis para serem doados em cestas básicas destinadas a famílias carentes. Em 2001, além de arcar com os custos de coletar e distribuir os alimentos, para cada quilo doado por seus funcionários a Shell Brasil contribuiu com outros dois, totalizando mais de 12 toneladas de alimentos arrecadados somente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Skill

Empresa da área de contabilidade e auditoria, a Skill desenvolve o projeto social **Skill Fazendo Acontecer**, que distribui cestas básicas em favelas e dá suporte para diversas entidades que atendem crianças carentes na Grande São Paulo. A Skill também mantém o projeto **Águia no Nordeste**, nos municípios de Tabira, em Pernambuco, e Lagoinha, na Paraíba, que foram “apadrinhados” pela empresa. Nessas localidades, a Skill construiu poços artesanais e postos médicos, desenvolve programas educativos e estimula o cultivo de hortas comunitárias.

A Instituição Beneficente Israelita Ten Yad, de São Paulo, mantém ações permanentes de combate à fome, como a fabricação de sopas enlatadas, distribuição de *kits* alimentares e um refeitório comunitário que fornece refeições à população carente da região central da cidade. Fundamental para a manutenção dessas atividades é o apoio de um grupo de empresas que contribuem adotando um funcionário e se responsabilizando pelo pagamento de seu salário, fazendo doações em dinheiro, materiais e serviços, ou mantendo convênios para fornecimento e transporte de alimentos.

TIM Maxitel


O grupo de telefonia TIM Maxitel implantou o **Programa de Alimentação Orientada (PÃO)**, que abrange 40 municípios do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, em Minas Gerais, beneficiando cerca de 12 mil pessoas numa das regiões mais pobres do Brasil. O programa incentiva o aproveitamento de recursos disponíveis nas próprias comunidades, difundindo informações sobre multimistura e alimentação alternativa para líderes comunitários, cantineiras de escolas e cozinheiras de creches e entidades assistenciais.

Yázigi

A rede de ensino de idiomas Yázigi Internexus promove várias ações com foco em crianças e adolescentes carentes. Nas comunidades onde atua, concede bolsas de estudo, incentiva o trabalho voluntário e faz doações para campanhas e entidades assistenciais. Desde 1999, a empresa treina professores voluntários para ensinar inglês gratuitamente a crianças carentes em bairros da Grande São Paulo. As escolas da rede também apóiam o desenvolvimento profissional de jovens de famílias de baixa renda, oferecendo estágio e contratação.



ANEXOS



A fome no século XXI

Fome e segurança alimentar

Políticas de combate à fome no Brasil

Para saber mais sobre o combate à fome

A FOME NO SÉCULO XXI

Com o fim da 2ª. Guerra Mundial, e diante das atrocidades cometidas, iniciou-se um grande esforço para inaugurar um novo capítulo na história mundial que pudesse garantir o bem-estar da humanidade. Nesse período, o espectro da fome estava presente na Europa, e os vencedores viam com grande preocupação a tarefa de alimentar não só os famintos de sempre — possível foco de novas guerras — mas também uma nova população, composta pelos milhões de europeus que tiveram destruídas suas áreas agrícolas e sua infra-estrutura.

Em 1943, ao mesmo tempo em que se discutia a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), havia uma proposta de montagem de uma organização multigovernamental para o incentivo à agricultura e à alimentação. Naquele ano, na cidade de Hot Springs, nos Estados Unidos, foi realizada a primeira conferência internacional sobre o tema. O representante brasileiro era Josué de Castro — médico, geógrafo, antropólogo e autor de diversos trabalhos sobre a fome. O objetivo da reunião era garantir, por meio de um mecanismo de cotas e ajuda alimentar semelhante ao do FMI, que cada país pudesse reerguer sua produção agrícola e alimentar sua população de forma soberana.

A criação da Comissão Mundial de Alimentos (World Food Bank) e de uma Reserva Internacional Contra a Fome foi discutida durante quatro anos, tendo sido finalmente rejeitada em 1947. Não foi possível superar as divergências entre os países vencedores do conflito mundial, que já se lançavam à Guerra Fria. Sobreviveu, no entanto, a idéia de um organismo internacional para o desenvolvimento da agricultura e alimentação. Essa instituição, ligada à ONU, é a Food and Agriculture Organization (FAO), cuja meta é a herança legada pela conferência de Hot Springs.

Estima-se que o mundo tenha atualmente 816 milhões de pessoas em dificuldades e sob situação de insegurança alimentar. Isso quer dizer que quase uma sexta parte da humanidade ainda não consegue se alimentar de forma digna. Essa foi a conclusão dos delegados participantes da Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela FAO em Roma em 1996, cinco décadas após a reunião dos Estados

Unidos. Nessa ocasião, os países participantes — inclusive o Brasil — firmaram um compromisso de reduzir o número de famintos em seu território pela metade até o ano de 2015.

Da Cúpula + 5 ao Fome Zero

No início de 2002, a FAO organizou uma nova conferência, a Cúpula + 5, para avaliar os progressos em relação ao compromisso firmado cinco anos antes. Na conferência, realizada também em Roma, os técnicos demonstraram que a meta fixada para 2015 estava muito distante de ser atingida, pois as políticas de combate à fome não conseguiam apresentar resultados significativos. A principal causa do fracasso era exatamente a falta de vontade política por parte dos governos de patrocinar o combate à fome. O pequeno apoio refletiu-se também na presença praticamente nula de autoridades num evento daquela importância.

Com o anúncio do presidente Lula, logo após sua eleição, de que o combate à fome seria sua prioridade de governo, todas as atenções se voltaram para o Brasil. Pela primeira vez, desde as discussões do pós-guerra, um país da importância do nosso apresentava um plano factível para a redução da situação de carência alimentar. Poucos dias mais tarde, tendo tomado conhecimento do Programa Fome Zero, Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, declarou que esse deveria ser doravante um “programa de referência” para os organismos internacionais para que se atinjam as metas estabelecidas até 2015.

O Fome Zero parte de uma premissa muito atual: o governo, qualquer que seja ele, seria incapaz, com iniciativas isoladas, de atender plenamente às metas de redução da população suscetível à fome. Pode-se dizer que o projeto em si faz a parte dele: apresenta um plano geral e articulado para atacar o problema de frente. Há vários obstáculos a serem superados, inclusive na própria “máquina” do governo. Mas o Brasil conta com duas grandes vantagens. A primeira é sua imensa produção agrícola e agroindustrial, suficiente para proporcionar todo o alimento necessário para atender a população em situação de insegurança alimentar. A segunda vantagem, e a mais importante, é que a sociedade brasileira está mobilizada e segura de poder resolver seus problemas.

FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR

Embora o programa de combate à fome do governo Lula tenha o nome de Fome Zero, sua iniciativa veio acompanhada de um aposto: “uma proposta de segurança alimentar para o Brasil”. Como se sabe, o conceito de fome se confunde com desnutrição e portanto, para evitar o mau uso das palavras, os técnicos adotaram a terminologia “segurança alimentar”.

Essa precaução com a linguagem é importante. Lorde John Boyd Orr, Prêmio Nobel da Paz, no seu prefácio à edição inglesa de *Geopolítica da Fome*, de Josué de Castro, alerta: “No passado, empregava-se a palavra ‘fome’ para exprimir a falta de alimentos para a satisfação do apetite e o número de mortos pela fome restringia-se então aos indivíduos esqueléticos que morriam por completa inanição. Josué de Castro, porém, usa essa palavra no seu sentido moderno, no sentido da falta de qualquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde. A falta de qualquer um deles ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta absoluta de alimentos”.

Observa-se, portanto, que mesmo um indivíduo “gordinho” pode ter alguma carência nutricional. De modo geral, para cada indivíduo, segundo seu tipo físico, idade e sexo, há uma quantidade mínima diária de energia requerida que deve ser provida pela sua dieta. Esse aporte de calorias diárias deve ser também adaptado ao tipo de esforço físico despendido pelo indivíduo. O que denominamos “subnutrição” é o resultado da ingestão contínua de uma dieta insuficiente para fazer face ao gasto de energia de cada indivíduo. A subnutrição, ou desnutrição, decorre da manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta, ou também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos.

A situação de subnutrição não permite o crescimento adequado da criança, o que resulta, na idade adulta, em baixa estatura ou peso abaixo do normal. Vale lembrar, também, que o que se considera normal varia segundo a sociedade e o grupo étnico. Isso quer dizer que é “normal” que uma certa quantidade de indivíduos tenha baixa estatura ou seja especialmente magro, sem que isso represente um estado de subnutrição.

Alimentação suficiente, segura e nutritiva

Contrapõe-se ao problema da fome o conceito de segurança alimentar. A definição clássica estabelecida pela FAO determina que haja “uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, tenham acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. O acesso aos alimentos está na base dessa definição. Não adianta haver superávit na disponibilidade de alimentos em determinado país se uma parte da população não tem renda para consumi-los, ou se esses alimentos culturalmente não fazem parte da sua dieta.

A utilização do conceito de segurança alimentar remete para a discussão sobre como desencadear as políticas de combate à fome. Não se trata apenas de produzir o alimento ou de resolver os problemas ligados ao abastecimento e à comercialização de bens. Trata-se de uma discussão mais ampla, que envolve aspectos econômicos, como a distribuição de renda, e culturais, como a educação alimentar das famílias.

O próprio conceito de segurança alimentar também está em discussão. A noção de soberania alimentar ganhou força no debate da fome a partir de 1996. Durante a Cúpula Mundial da Alimentação, no foro paralelo da sociedade civil, a reivindicação da soberania alimentar apareceu com grande destaque. Esse conceito dá relevância à autonomia alimentar dos países e está associado à geração de emprego e à menor dependência das importações e das flutuações de preços do mercado internacional. A soberania alimentar atribui uma grande importância à preservação da cultura e aos hábitos alimentares de cada país. Já a ideia de sustentabilidade alimentar incorpora conceitos ligados à preservação do meio ambiente e à não utilização de agrotóxicos e de produção extensiva em monoculturas.

Alimentação é direito fundamental

A Constituição brasileira afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...” (*capítulo II, artigo 6º*). Embora não esteja indicado expressamente, considera-se que o direito à alimentação esteja contemplado entre esses direitos sociais, principalmente quando se considera o direito à saúde e à assistência aos desamparados.

O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas estabelece que “todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação”. Essa diretriz influenciou a apresentação de uma emenda constitucional (EC 601-A/98) que pretende tornar explícito o direito à alimentação na nossa Carta Magna.

Mais recentemente, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas emitiu o seu “Comentário Geral 12 — O Direito à Alimentação Adequada”. Esse documento insiste na necessidade e na obrigação que todos os Estados têm de “respeitar, proteger e realizar o direito” à alimentação. O documento afirma em seu parágrafo 15: “Sempre que um indivíduo ou grupo é incapaz, por razões além de seu controle, de usufruir do direito à alimentação adequada com recursos a sua disposição, os Estados teriam a obrigação de realizar (prover) o direito diretamente. Essa obrigação também deve existir no caso de vítimas de desastres naturais ou provocados por causas diversas”.

A partir destes pressupostos, é possível concluir que:

- 1.O Estado tem obrigação de prover alimentação a quem necessita e essa pessoa tem o direito de recebê-la.
- 2.O direito de se alimentar regularmente e adequadamente não deve ser o resultado de ações de caridade, mas sim, prioritariamente, de uma obrigação que é exercida pelo Estado, que, em última análise, é a representação da sociedade.

POLÍTICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL

Os primórdios

No Brasil colonial, o problema da falta de alimentos já chamava a atenção dos governantes. A preocupação com as culturas alimentares surge já no século XVI, em função da monocultura, que não deixava espaço para a produção de “mantimentos”. Durante a escravidão, por razões econômicas, a produção de alimentos esteve muito mais ligada ao auto-abastecimento das propriedades do que às demandas colocadas pelo mercado. Como agravante, havia dois flagelos da administração colonial: o dízimo e o recrutamento militar. O dízimo, cobrado indiscriminadamente, fazia com que o agricultor de alimentos tivesse que pagar quantias absurdas por sua produção. E o recrutamento, feito de forma aleatória e desordenada, provocava a fuga dos lavradores, que abandonavam suas plantações.

Com a introdução do café e a cessação do tráfico negreiro, o problema da oferta de alimentos se agravou. Havia menos braços para cultivar a terra e mais bocas para alimentar nas cidades. A escassez de alimentos e a falta de estrutura para comercialização levaram à elevação dos preços pela ação de especuladores. O ano de 1917 representou um marco nos problemas de alimentação. As dificuldades geradas pela carestia dos alimentos foram o estopim para a deflagração de manifestações e da primeira greve geral operária da nossa história, que teve lugar na cidade de São Paulo.

A escassez foi agravada por crescentes embarques de alimentos brasileiros para o abastecimento das nações européias em guerra. O mercado externo não queria café, cujos preços estavam em baixa, e sim alimentos. Isso levou as fazendas, financeiramente debilitadas, a desviar para a exportação o produto agrícola que atenderia à população urbana brasileira.

O período Vargas

A crise dos anos 30 inaugurou um período de intervenções públicas federais no abastecimento. O Governo Vargas implantou um aparato segundo o qual cada autarquia (açúcar e álcool, mate, sal, café, trigo etc.) deveria zelar pelo equilíbrio dos mercados interno e externo e pelos preços remuneradores dos produtores. Nesse período, agravou-se o problema da oferta em consequência da desestruturação da agricultura cafeeira que, por um lado, favorecia a oferta de gêneros de primeira necessidade e, por outro, segurava um grande contingente populacional no campo.

A Comissão de Abastecimento, criada na ditadura de Getúlio Vargas dentro do esforço de guerra, tinha como objetivo regular tanto a produção como o comércio de alimentos, drogas, material de construção e combustíveis, a fim de conter a alta de preços. Em termos práticos, essa comissão deixou algumas iniciativas importantes, como os restaurantes populares, e também alguns instrumentos de incentivo e apoio à produção agrícola. Todavia, o custo da alimentação continuou a se elevar durante o período de guerra e mesmo nos anos seguintes.

Nas décadas posteriores, a fome e a carestia começaram a receber uma atenção especial dos governantes. Nos anos 50, com a modernização da agricultura e a abertura de novas vias de acesso e de novas áreas de produção, o discurso político e a ação governamental se voltaram para a área da distribuição. Embora a reforma agrária tenha sido apresentada como importante política de apoio à oferta de alimentos, a ênfase no período recaiu sobre a área do abastecimento. Pela primeira vez em tempos de paz foram tomadas medidas de intervenção direta no abastecimento.

Para tanto, em 1951 foi criada a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), que mais tarde abriu espaço para uma área de fiscalização (Sunab), armazenamento (Cibrazem), distribuição (Cobal) e administração de estoques reguladores (CFP). Todos esses órgãos foram lançados dez anos depois, numa tentativa do Governo Goulart de recuperar o atraso existente nas estruturas de produção e comercialização de alimentos e deter a especulação. Nesse período, também foi criado o Entrepósito Terminal de São Paulo, embrião do Ceagesp e das Centrais de Abastecimento que se seguiram.

A intervenção direta no abastecimento

Até os anos 60, o poder público teve como objetivo apenas fiscalizar e controlar os canais de comercialização de alimentos. Depois das iniciativas do Governo Goulart, os governos militares se impuseram a tarefa de distribuir e fazer chegar os alimentos até o consumidor. A preocupação principal não foi a de combater diretamente o problema da fome, mas responder à demanda da sociedade, que exigia preços mais baixos.

A partir de 1968, instituiu-se uma extensa rede de centrais de abastecimento (47 entrepostos) e mais de uma centena de instalações varejistas (Rede Somar). Ao longo dos anos 70 e 80, surgiram outras centenas de varejões e sacolões administrados por estados e municípios. Essa postura foi bastante distinta da anterior, que manteve sob a administração pública apenas o esquema de concessões em mercados municipais. Com a mudança, o Estado passou a administrar, direcionar e punir os varejistas. Acreditava-se que, reunindo num só local oferta e demanda de produtos agrícolas, seria possível nivelar preços, comparar padrões e reduzir margens.

O esforço de modernização da agricultura brasileira afastou de imediato a preocupação com a disponibilidade de alimentos. O principal fator impulsionador da agricultura no período foi a política de crédito rural subsidiado. O resultado foi uma rápida expansão da fronteira agrícola, que demandou, evidentemente, uma rede de estradas e corredores para escoar a produção. Assim, embora a produção agrícola fosse suficiente para atender às necessidades nutricionais — mesmo considerando a crescente exportação — e parte importante da distribuição estivesse sob controle do poder público, os preços dos alimentos continuaram elevados, aumentando o impacto da fome na realidade brasileira.

As Ceasas não ampliaram a oferta de alimentos

Apesar de todo o aparato montado ao longo dos 30 anos anteriores, o poder público foi ineficiente em controlar preços, margens e modernizar a comercialização. No sistema de atacado, as centrais de abastecimento (Ceasa) jamais funcionaram como espaços de aproximação entre produtores e consumidores. Pelo contrário, o sistema passou a ser controlado por atacadistas privados, que se consolidaram como um novo elo na cadeia de distribuição. Durante esse período, também pouca coisa

se alterou no sistema de escoamento da produção, embalagens e mecanismos de formação de preços. Na prática, os agentes e os mercados tradicionais passaram a atuar nos novos espaços patrocinados pelo poder público, sem maiores efeitos na oferta.

Por outro lado, cresceu a importância dos produtos industrializados na cesta de consumo da população. Com a urbanização e a mudança dos hábitos alimentares no país, a demanda por alimentos *in natura* foi se reduzindo. Assim, uma parte cada vez mais importante da produção agrícola passou a ser insumo da indústria de alimentos e, daí, para os supermercados e mercearias. Acrescentem-se a isso também as mudanças ocorridas na estrutura familiar e no mercado de trabalho, que levaram a um crescente consumo de alimentos fora de casa.

Em 1986, no Governo Sarney, foi criado o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), visando atender a famílias com renda mensal total de até dois salários mínimos e com crianças de até sete anos de idade. Esse programa foi muito mal sucedido em termos de abrangência e gestão. Entretanto, foi a primeira experiência de distribuição em grande escala de cupons de alimentos no Brasil. A administração do PNLCC estava vinculada diretamente à Presidência da República, que passou a controlar a oferta (produção e importação de leite) e o sistema de distribuição. Os cupons, conhecidos como “tiquetes do Sarney”, eram distribuídos às famílias carentes previamente cadastradas em entidades de base, na proporção de um litro de leite por criança. Não havia contrapartida por parte dessas famílias e nem controle para conferir se os cupons estavam mesmo sendo trocados por leite.

Lançado inicialmente nas capitais do Nordeste, o PNLCC foi estendido a outras capitais, pois tinha como meta atender mais de dez milhões de crianças. Não há informações sobre o custo desse programa e se as metas estabelecidas foram atingidas. No entanto, observou-se um significativo aumento na produção de leite no país (20,1 % entre 1986 e 1990) e um crescimento no consumo *per capita* de 94 para 109 litros por ano no mesmo período.

Com o esvaziamento das despesas do governo com a agricultura (leia-se crédito agrícola, preços mínimos e estoques reguladores), restou ao Estado promover políticas compensatórias. Muitas delas caracterizaram-se como políticas pontuais e regionais que visavam atender as demandas de grupos organizados. Com a importante exceção dos recursos destinados à Previdência Rural (estabelecidos pela Constituição de 1998), houve uma redução generalizada nos gastos em programas e ações de combate à fome.

A fome nos anos 90

No início da década de 90, o Governo Collor desmobilizou e extinguiu diversas políticas, entre as quais os programas de suplementação alimentar dirigidos a crianças menores de 7 anos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Alimentação do Trabalhador, e enfraqueceu o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan).

O período seguinte (1992-1994) foi marcado por uma ampla mobilização da sociedade civil em torno dos temas fome e miséria, animada pelo Movimento pela Ética na Política, que resultou na tentativa de implantação, pela primeira vez, de uma política de combate à fome no país. A iniciativa dos partidos políticos da oposição, liderados pelo PT, de elaborar e apresentar ao governo federal uma política nacional de segurança alimentar, e a mobilização da sociedade em torno da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, tiveram forte impacto nesse resultado.

Para coordenar essas políticas, em maio de 1993 o Governo Itamar Franco criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), vinculado diretamente à Presidência da República e com a participação de organizações não governamentais. O Consea era integrado por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil, os quais coordenariam a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria dentro dos princípios da solidariedade, parceria e descentralização.

O Consea funcionou por apenas dois anos. Sua atuação acabou ficando sujeita às restrições da área econômica, cuja prioridade de estabilização monetária deixava à margem as políticas sociais. Alguns de seus poucos resultados foram: a descentralização da merenda escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar) em direção aos municípios e às próprias escolas (autonomização da gestão); a continuidade do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea), com a utilização de estoques públicos de alimentos; e a prioridade ao programa de distribuição de leite (Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional — Leite É Saúde), como estratégia de combate à desnutrição materno-infantil.

O Governo Fernando Henrique extinguiu o Consea e em seu lugar criou o Conselho Comunidade Solidária, um órgão mais de consulta que executivo. A partir daí, ocorreu nova fragmentação nas políticas públicas de combate à fome,

o que resultou, por exemplo, na extinção do Inan, em 1997, e na manutenção do programa de distribuição de cestas básicas de forma instável e sujeito ao calendário eleitoral.

Em 1999, foi criado o Programa Comunidade Ativa (PCA), coordenado pela Secretaria Executiva do Comunidade Solidária. O PCA voltou-se para os municípios com os piores resultados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua proposta foi estimular a implantação de agendas locais de desenvolvimento, com base em diagnósticos participativos para identificação dos problemas de cada localidade. A partir das agendas, o governo federal priorizaria essas localidades em programas como Redução da Mortalidade Infantil, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família e de concessão de microcrédito. Essa proposta do PCA foi posteriormente incorporada ao Projeto Alvorada, programa federal que juntou diversos outros programas que estavam sendo implantados separadamente.

Após a extinção do Inan, o principal programa federal para combate às carências nutricionais da população de risco consistia no fornecimento de leite e óleo de soja. Isso vem sendo feito pelo programa de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais (ICCN), vinculado à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), do Ministério da Saúde, juntamente com o fornecimento da multimistura para crianças desnutridas, realizado pela Pastoral da Criança.

Diminuição dos recursos e dos debates

No final de 2000, o governo federal cortou a verba do Prodea do Orçamento da União, acabando com a distribuição de cestas básicas. A justificativa oficial foi o caráter assistencial do programa, que, segundo o governo, não contribuía para o combate à pobreza no país. Além disso, argumentou-se que a distribuição de cestas vindas de fora não ajudava a economia local, porque reduzia as compras nos pequenos comércios.

O Bolsa-Escola foi criado em fevereiro de 2001 e está sendo implantado pelo Ministério de Educação. Visa fornecer a quantia de R\$ 15,00 por mês para cada família com criança matriculada na escola e tem recursos previstos de R\$ 1,7 bilhão provenientes do Fundo de Combate à Pobreza.

Nos últimos anos, identificaram-se duas tendências nas políticas de combate à fome do governo federal. A primeira foi a mudança de enfoque, das políticas

universais para as políticas localizadas, de caráter focalizado e geridas pelos próprios municípios. Priorizaram-se os municípios mais pobres e se apostou na mobilização, formação e treinamento de agentes locais de desenvolvimento. O alcance dessa política revelou-se bastante limitado, como indicam os pequenos resultados alcançados na redução dos desequilíbrios sociais. A segunda tendência foi a substituição de programas baseados na distribuição de bens em espécie (como cestas básicas e leite) por um valor mensal em dinheiro, variando entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00 por mês.

Embora nunca tenha saído da pauta de problemas nacionais nem da pauta de reivindicações dos movimentos sociais, houve um arrefecimento na discussão sobre o problema da fome e da miséria no país desde o fim da mobilização promovida pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida em 1993. A retomada da questão no início dos anos 2000 está relacionada a vários fatores, entre os quais o agravamento da situação da pobreza e da vulnerabilidade das famílias no país, especialmente nas grandes cidades, aprofundado pela crise econômica e pelo aumento do desemprego.

PARA SABER MAIS SOBRE O COMBATE À FOME

Procuramos, neste manual, apresentar de forma didática os conceitos, a legislação e as possibilidades de atuação das empresas no combate à fome. Para aqueles que queiram se aprofundar nessas questões, recomendamos uma volta à leitura da obra de Josué de Castro e dos documentos produzidos por centros de excelência como o Ipea, a FGV e o IBGE, pelas universidades como a Unicamp, a UFRJ e a USP, e pelos centros de pesquisa independentes como o Ibase, o Instituto Polis e muitos outros.

A seguir, apresentamos uma pequena bibliografia brasileira, ou sobre o Brasil, dentro do tema da fome e um conjunto de *sítes* na internet que tratam da segurança alimentar. Esse material pode ajudar na conscientização dos funcionários, clientes e colaboradores das empresas. Os livros, artigos e capítulos de obras aqui citados estão disponíveis nas principais bibliotecas públicas ou universitárias do Brasil. Alguns podem ser obtidos pela internet. Os títulos mais recentes podem ser encontrados nas livrarias.

BIBLIOGRAFIA

Árias, Alfonso Rodriguez (1999). Estimativas de Indigência e Pobreza no Brasil no Período 1990-1996. Resumo Metodológico e Resultados. Março (mimeo.).

Banco Mundial (2000). Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 — Luta contra a Pobreza.

Belik, Walter e Maluf, Renato S. (2000). Abastecimento e Segurança Alimentar. Os Limites da Liberalização. Campinas: Unicamp.

Camargo, José Márcio e Ferreira, Francisco H.G.O. (2001). Benefício Social Único: uma Proposta de Reforma da Política Social no Brasil. Janeiro (mimeo.).

Castro, Josué (1946). Geografia da Fome. Rio de Janeiro: Gryphus.

Castro, Josué (1957). Geopolítica da Fome — Ensaio sobre os Problemas de Alimentação e de População no Mundo. São Paulo: Brasiliense (4ª edição).

Castro, Josué (2001). Homens e Caranguejos. São Paulo: Brasiliense (1ª edição de 1966).

CEPAL (1989). Brasil: Canastas Básicas de Alimentos y Determinación de las Líneas de Indigencia y de Pobreza. LC/L 532. Dezembro.

Del Grossi, M., Graziano da Silva, J. e Takagi, M. Evolução da Pobreza no Brasil — 1995/99. Campinas, Instituto de Economia, Texto para Discussão nº. 104, nov. 2001.

FAO — Food and Agriculture Organization of United Nations (2001). The State of Food Insecurity in the World.

Ferreira, Francisco H.G., Lanjouw, Peter e Neri, Marcelo. A New Poverty Profile for Brazil, Using PPV, PNAD and Census Data (2000). PUC-Rio, Departamento de Economia, Texto para Discussão nº. 418, março.

Garcia, Ronaldo C. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental. Brasília, IPEA, 2001 (Texto para Discussão nº. 776).

Graziano da Silva, José, Belik, Walter e Takagi, Maya (coordenadores) (2002). Combate à Fome e à Pobreza Rural. São Paulo: Instituto Cidadania.

Graziano da Silva, José, Belik, Walter e Takagi, Maya (coordenadores) (2001). Projeto Fome Zero. São Paulo: Instituto Cidadania. (Pode ser consultado também em www.icidadania.org.br)

Hoffmann, Rodolfo (2001). A Distribuição de Renda no Brasil no Período 1993-99. (mimeo.).

Hoffmann, Rodolfo. Pobreza, Insegurança Alimentar e Desnutrição no Brasil. Estudos Avançados., São Paulo, v. 9, nº. 24, 1995.

IPEA — Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (2002). A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil (documento elaborado para a visita ao Brasil do relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre o Direito à Alimentação).

Monteiro, Carlos Augusto, Benício, Maria Helena D., Freitas, Isabel Cristina M. de. Melhoria em Indicadores de Saúde Associados à Pobreza no Brasil dos anos 90: Descrição, Causas e Impacto sobre Desigualdades Regionais. São Paulo: Nupens/USP, out. 1997 (Série A Trajetória do Desenvolvimento Social no Brasil nº.1/97).

Monteiro, Carlos Augusto. A Dimensão da Pobreza, da Fome e da Desnutrição no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, nº. 24, 1995.

Peliano, A.M. (coord.). O Mapa da Fome: Informações sobre a Indigência nos Municípios da Federação. Rio de Janeiro, IPEA, maio de 1993 (Documento de Política, nº. 15).

Rocha, Sônia (1996). Poverty Studies in Brazil — a Review. IPEA, Texto para Discussão nº. 398, janeiro.

Rocha, Sônia (2000a). Opções Metodológicas para a Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, abril (Texto para Discussão nº. 720).

Rocha, Sonia (2000b). Pobreza no Brasil. O Que Há de Novo no Limiar do Século XXI? Setembro (mimeo.).

Rocha, Sônia. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 27, nº. 2, ago. 1997. Do Consumo Observado à Linha de Pobreza

Takagi, M., Graziano da Silva, J. e Del Grossi, M. (2001). Pobreza e Fome: em Busca de uma Metodologia para Quantificação do Problema no Brasil. Campinas, IE-Unicamp. (Texto para Discussão nº. 101).

World Development Indicators (2000). Banco Mundial.

SITES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

www.abong.org.br

Site da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, serve de referência para acesso a 251 entidades do terceiro setor, grande parte delas comprometidas, direta ou indiretamente, com a segurança alimentar.

www.fao.org

Site da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), tem informações gerais sobre a fome no mundo, estudos de casos e principais resoluções das Nações Unidas sobre o tema.

www.fao.org/regional/Lamerica/pubs/coment.html

Site do escritório regional da FAO para a América Latina. Apresenta nesse *link* os principais estudos em espanhol sobre combate à fome, política agrícola e abastecimento nos países da região.

www.riad.org

A Rede Interamericana de Agricultura e Democracia (Riad), principal rede de ONGs que trabalham sobre o tema na América Latina, traz estudos, propostas e notícias sobre políticas agrícolas e de combate à fome.

www.ibase.org.br

O Ibase é um centro de estudos que se dedica ao tema da fome no Brasil. Fundado pelo Betinho, desenvolve pesquisas de avaliação das ações públicas e presta assessoria a empresas em ações sociais.

www.polis.org.br

O Instituto Polis de São Paulo se destaca pelos estudos sobre espaço urbano, movimentos sociais e assuntos ligados à cidadania. Possui um banco de experiências municipais de combate à fome.

www.ipea.gov.br

No *site* do Ipea é possível encontrar diversos estudos sobre pobreza e segurança alimentar, inclusive as referências sobre o chamado “Mapa da Fome” elaborado no início dos anos 90.

www.unicamp.br/nepa

Portal do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação (Nepa), da Unicamp, nele se encontram resumos dos principais trabalhos da área de nutrição e segurança alimentar.

Realização

INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL

BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

www.ethos.org.br

Patrocínio



Apoio



FUNDAÇÃO
fundação djalma guimarães

